

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

BACHARELADO EM HISTÓRIA

JULIANA MOHR DOS SANTOS

A IDENTIDADE LUSO-AÇORIANA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL/RS –  
1778-2019: UM PERCURSO A SER PERCEBIDO

Porto Alegre  
2019

JULIANA MOHR DOS SANTOS

A IDENTIDADE LUSO-AÇORIANA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL/RS –  
1778-2019: UM PERCURSO A SER PERCEBIDO

Trabalho de Conclusão de Curso, Linha  
de Pesquisa Patrimônio, requisito final  
para a obtenção de grau de Bacharel em  
História.

Orientadora: Regina Weber

Porto Alegre  
2019

### CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Juiana Mohr dos  
A IDENTIDADE LUSO-AÇORIANA DO MUNICÍPIO DE ARROIO  
DO SAL/RS - 1778-2019: UM PERCURSO A SER PERCEBIDO /  
Juiana Mohr dos Santos. -- 2019.  
59 f.  
Orientadora: Regina Weber.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Identidade. 2. Tradição. 3. Arroio do Sal. I.  
Weber, Regina, orient. II. Título.

JULIANA MOHR DOS SANTOS

A IDENTIDADE LUSO-AÇORIANA DO MUNICÍPIO DE ARROIO DO SAL/RS – 1778-2019:  
UM PERCURSO A SER PERCEBIDO

Trabalho de Conclusão de Curso, Linha de Pesquisa  
Patrimônio, requisito final para a obtenção de grau de  
Bacharel em História.

Orientadora: Regina Weber

BANCA EXAMINADORA

Nome do Prof. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues – UFRGS

Nome do Prof. Dra. Véra Lucia Maciel Barroso – CHC Santa Casa

Porto Alegre  
2019

Este pequeno trabalho é dedicado aos moradores da localidade da Estância do Meio, e todos aqueles que aos longos dos anos estabeleceram laços com esse espaço.

## Agradecimentos

Muitos seriam os nomes a lembrar neste momento. Esse trabalho nasce de um longo processo de crescimento pessoal e profissional e sempre existe o medo da memória falhar e cometer-se a lástima de não nomear importantes pessoas. Assim, tentarei elencar as que, neste momento, estão mais vívidas em minha memória.

Do grupo docente, fundamentalmente agradeço à Prof<sup>a</sup> Regina Weber pelo estímulo à produção acadêmica relacionada aos estudos étnicos e pela paciência para comigo na aceitação da minha complexa retomada a este projeto. À Prof<sup>a</sup> Véra Barroso, pelos tantos anos de exemplo profissional e pela ajuda direta e indireta com a bibliografia. Direta pelo empréstimo de alguns exemplares que necessitava ter acesso, indireta pela sublime ideia da criação do Projeto Raízes, que sem dúvida é marco na valorização da história e patrimônio cultural do RS. À Prof<sup>a</sup> Elizabeth Torresini, que, com seu generoso e experiente coração, surgiu no final dessa caminhada para acalmar meus anseios.

Para os agradecimentos pessoais o grupo é gigantesco. Portanto, nomearei aqui uma representante, Áurea Vargas, por sobretudo ser parte da sua comunidade de forma integral e, além de indicar nomes, ser o primeiro elo de contato com os entrevistados. Agradecer a todos os meus entrevistados que doaram seu tempo e suas lembranças aos registros. Assim como a toda comunidade da Estância do Meio que abraçou e valorizou meu projeto, permitido que esta semente, germinada ao longe, contribuísse minimamente para a valorização de sua existência.

Agradeço à minha família, meus pais, Nelson e Iloni, que se afastaram de suas terras natais no RS e suas famílias originárias, para na Capital encontrarem-se e constituírem nossa família, ensinando que laços familiares vão muito além de proximidade física ou sanguínea. Exemplos de trabalho e amor. *Do ser família.*

Por último, acredito que devo agradecer aqueles que foram os primeiros de todo esse contexto. Àqueles que cruzaram os mares vindos de paragens além-mar, as Ilhas dos Açores. Esse trabalho também é uma homenagem a sua coragem e perseverança, à fé e crença de que algo melhor sempre é possível.

### Sementes da Estância

Em meio às terras daquela Estância  
germinaram duas singelas sementes,  
uma de homens de fé,  
outra de uma formosa figueira.

Por devoção, a fé dos homens  
edificou, a distância do olhar  
da formosa figueira,  
uma casa ao Sagrado Coração.

O tempo fortaleceu os braços  
da formosa figueira,  
que abraça, protege e não segura  
os homens de fé.

Coração da comunidade,  
a fé sagrada é reerguida, de tempos em tempos,  
não pela fé daqueles homens,  
mas, pela devoção de suas sementes,  
que permanecem a orar, naquela Estância,  
da formosa figueira.

Juliana Mohr dos Santos

## RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada sobre as tradições e a identidade étnica dos primeiros moradores do município de Arroio do Sal, no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa pautou-se nas informações oficiais do histórico do município para questionar a ausência de informações relacionadas cultura luso-açoriana na composição de sua população e se existe uma identidade açoriana não reconhecida entre a comunidade atualmente. O trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, há a revisão das informações sobre quem seriam os primeiros povoadores a fixarem-se na região compreendida pelo município buscando estabelecer como teriam chegado ali as tradições luso-açorianas. Na sequência, é contextualizada a dinâmica da comunidade com os demais moradores do entorno da Lagoa da Itapeva e os núcleos étnicos existentes. E, por último, como a região passa a receber muitos novos moradores a partir de seu processo de emancipação. Na segunda parte, há o registro das tradições culturais praticadas pelos antigos moradores do município na busca de uma identidade açoriana latente. Dentre as tradições mais lembradas e caracterizadas estão os grupos de Ternos de Reis. Por fim, coloca-se em discussão por que não existe na comunidade uma identidade étnica açoriana e como a ausência de um líder étnico pode prejudicar a continuidade do patrimônio imaterial ali existente.

Palavras-chave: Identidade. Tradição. Arroio do Sal.



## RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación realizada sobre las tradiciones y la identidad étnica de los primeros residentes del municipio de Arroio do Sal, en la costa norte del estado de Rio Grande do Sul. La encuesta se basó en la información oficial de la historia del municipio para cuestionar la ausencia de información relacionada con la cultura luso-azoreana en la composición de su población y si existe una identidad azoreana no reconocida entre la comunidad hoy en día. El trabajo se dividió en dos partes. En la primera, hay una revisión de información sobre quiénes serían los primeros colonos en establecerse en la región entendida por el municipio, buscando establecer cómo las tradiciones luso-azoreanas habrían llegado allí. Seguidamente, la dinámica de la comunidad se contextualiza con los otros residentes de los alrededores de Lagoa da Itapeva y los grupos étnicos existentes. Y finalmente, cómo la región comienza a recibir muchos nuevos residentes de su proceso de emancipación. En la segunda parte, hay un registro de las tradiciones culturales practicadas por los antiguos residentes del municipio en busca de una identidad azoreana latente. Entre las tradiciones más recordadas y caracterizadas se encuentran los grupos de Ternos de Reis. Finalmente, se discute por qué no existe una identidad étnica de las Azores en la comunidad y cómo la ausencia de un líder étnico puede dañar la continuidad del patrimonio inmaterial que existe allí.

Palabras clave: identidad. Tradición. Arroio do Sal.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>OS COLONIZADORES DE ARROIO DO SAL.....</b>	<b>15</b>
	2.1 Açorianos no Rio Grande do Sul e em Arroio do Sal .....	18
	2.2 O litoral Norte do RS: diferentes comunidades para diferentes etnias.....	22
	2.3 Arroio do Sal para além de seus marisqueiros .....	29
<b>3</b>	<b>URBANIZAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL .....</b>	<b>33</b>
	3.1 Tradições Luso-açorianas.....	35
	3.2 Identidade a ser reconhecida.....	48
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui constituída propõe-se a identificar qual o espaço que a etnia açoriana ocupa na constituição do município de Arroio do Sal, no Rio Grande do Sul (RS), e a analisar a existência de uma identidade cultural local luso-açoriana a ser preservada. Esses objetivos estabelecem-se a partir do conhecimento de que a história oficial de fundação do município inicia no século XX, na década de 1930, com quatro etnias: lusa, indígena, alemã e italiana. Entretanto, o contexto do surgimento de tais etnias na região do município ocorre em períodos diferentes e de formas distintas. Para analisar os dados e compreender o percurso de chegada e estabelecimento a etnia lusa, que é a primeira a fixar-se na região com o intuito de estabelecer uma comunidade permanente no município de Arroio do Sal, vinda principalmente das Ilhas dos Açores, iremos analisar dados entre os anos de 1778 e 2019. Como comunidade, esse grupo de açorianos trouxe consigo tradições que contribuíram na formação de uma identidade cultural aos moradores da região, porém não existem registros nos históricos oficiais do município da existência de tradições açorianas nele. Tradições, como a dos Ternos de Reis e a coberta d' alma, tradições que a frente serão melhor descritas.

Estabelecer a existência de uma identidade cultural local faz-se necessário, tanto do ponto de vista do estudo histórico, como do reconhecimento de práticas culturais locais, pois, para além da existência do próprio registro por si mesmo, é reconhecido que o sentimento de pertencimento a uma identidade, de uma comunidade, é sustentáculo que contribui para o desenvolvimento e sobrevivência dos grupos sociais frente aos desafios que se impõem a eles. Exemplo disso é que muitos dos municípios do entorno de Arroio do Sal, (Maquiné, Três Forquilhas, Terra de Areia, Dom Pedro de Alcântara, etc) produziram estratégias de fomento econômico<sup>1</sup>, ligadas à herança cultural das suas etnias colonizadoras.

Outro exemplo de força diferenciadora que a existência de uma identidade local pode fazer, foi o próprio ato de emancipação do município de Arroio do Sal, na década 1980. A comunidade da região não pretendia estabelecer um município naquele momento, mas devido aos dissabores com a proposta política oferecida pelos representantes políticos, que até então eles apoiavam, fez com que, em menos de 30 dias, se reorganizassem documentando como sua região estava preparada para contribuir na dinâmica socioeconômica estadual, a fim de justificar a solicitação de sua emancipação do município de Torres (PUFAL, mimeo). A comunidade teve êxito em seu esforço conjunto, deixou

---

<sup>1</sup> Dentre as mais recentes ações realizada em conjunto, a partir de iniciativa privada, está a criação do roteiro Caminho dos Vales e das Águas, disponível em: <http://www.caminhodosvalesedasaguas.com.br/>.

de ser distrito do município de Torres e o município de Arroio do Sal foi criado em 25 de abril de 1988.

Essa comunidade agora municipalizada, no curto período de tempo de 1988 até 2019, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS), registrou um crescimento exponencial populacional, de 1.355 eleitores em 1988 para 6.825 eleitores em 2018, aumento de mais 80%, o que estabeleceu novas dinâmicas culturais, uma vez que houve uma expressiva migração populacional para o município. Portanto, a comunidade arroio-salense de antes da emancipação é muito diferente da existente na atualidade, o que nos instiga a pensar o espaço que as tradições açorianas, as quais não faziam parte do arcabouço cultural dos grupos adventícios registrados na história oficial do município, ocupam na sociedade atual e se existe um sentimento latente de pertencimento a uma possível identidade açoriana.

Desta forma, a pesquisa está organizada em duas partes que se complementam. No primeiro capítulo são expostas informações de contextualização que identificam quem foram os primeiros colonizadores na região que hoje pertence ao município de Arroio do Sal. Dados que trazem informações relativas à dinâmica do modo de viver existente ali ao longo de mais de 150 anos de história local e que transformaram a região, permitindo a expansão e consolidação de uma comunidade que atingiu seu reconhecimento e importância com o status de cidade emancipada. Já no segundo capítulo, são trazidos extratos de depoimentos de moradores que, ao exporem suas vivências, expõem a existência de tradições e características culturais que retratam sua relação e o sentimento de pertencimento àquele lugar. É na análise dos depoimentos e no entrecruzar dos dados de como era antes e como é hoje, que é possível identificar o lugar de uma possível identidade luso-açoriana na comunidade.

A busca por depoentes que declarassem suas memórias sobre as vivências no município de Arroio de Sal fez-se essencial nesta pesquisa porque:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência - isto é, de identidade. E porque a memória mutante é possível, falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo. (ALBERTI, 2005, p.167).

Assim, foram as informações relativas às tradições praticadas, a ideia de pertencimento a um grupo, que foram coletadas através dos depoimentos que permitiram estabelecer a existência de uma identidade própria para aquele grupo social questionado. O critério para a escolha dos depoentes foi

serem moradores do município de Arroio do Sal; estivessem relacionados à localidade da Estância do Meio, núcleo inicial de colonização de Arroio do Sal; ou praticassem a tradição açoriana dos Ternos de Reis. Para ter acesso aos depoentes foi utilizado uma agente de contato que frequenta diversas localidades do município em trabalho comunitário da Pastoral da Pessoa Idosa.<sup>2</sup>

Como referência bibliográfica foram localizados poucos trabalhos exclusivos sobre a região que hoje é o município de Arroio do Sal. A primeira obra especificamente sobre o município foi localizada na biblioteca publicada municipal e é utilizada como referência para os documentos oficiais. Essa obra foi coordenada por Kátia Heemann (1988), “Os novos Municípios do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal” uma publicação de caráter técnico da Assembleia Legislativa Estadual, que traz as informações que compuseram o dossiê documental apresentado ao Estado quando foi solicitada a emancipação da região. A obra apresenta vários subtítulos referentes aos diferentes segmentos sociais e econômicos que compõem o município, utilizando grande quantidade de dados quantitativos para caracterizá-lo e dimensionar a comunidade que se emancipou. É um retrato numérico da sociedade local, quantas construções existiam, quais os segmentos comerciais disponíveis, quais os tipos de criação, quais as festas eram realizadas e etc. Oportuniza esboçar a dinâmica social que ali existia quando do período pré-emancipação.

Após essa publicação, existem três diferentes obras conhecidas especificamente relacionadas ao município entre 2002 e 2011. A primeira delas de 2002, foi editada uma segunda vez no ano 2009, e a partir de então divulgada. Recebeu o nome de *Arroio do Sal: crônica de uma cidade*, e assinada por Marcia Regina Castro Farias, veranista desde 1955 na localidade. Dividida em onze capítulos, a obra surgiu de uma provocação durante o painel “Reescrevendo a história de Arroio do Sal” atividade realizada no ano de 2001, dentro das comemorações do aniversário do município. Como a própria autora coloca, a proposta da obra é registrar informações dispersas ou apenas conhecidas entre as rodas de conversa da comunidade para que essas não pudessem nas memórias individuais.

A segunda obra escrita, mas cronologicamente a primeira distribuída, é do ano de 2007. Foi organizada a partir do “IV Seminário sobre a Imigração Alemã no Litoral Norte do RS”, e é intitulada: *Arroio do Sal: marcas do tempo*, editada pela EST Edições. Esse encontro foi idealizado pela própria organizadora da publicação, Nilza Ely, que como o próprio nome do evento coloca, propõem pensar a presença da etnia alemã no litoral. Na sequência, o destaque é para a pesquisa publicada por Alessandro Medeiros Torres, *Atos e relatos - Uma história de Arroio do Sal: a relação entre o*

---

<sup>2</sup> Organismo da Igreja Católica que realiza visitas a idosos e suas famílias para promover sua fé e orientar a comunidade no conviver respeitosamente com as pessoas idosas.

*imagético, a memória e os documentos*, editada pela CORAG, no ano de 2011. A publicação surgiu a partir da editoração de seu trabalho de conclusão de curso na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, concebido no ano de 2008. Sua pesquisa valeu-se de registros documentais e coleta de depoimentos de História Oral, e reconstitui a formação do município em questão espacial e institucional, defendendo a tese de que o último grande ato realizado pela comunidade de Arroio do Sal foi sua mobilização para reivindicar a municipalização da região.

O conhecimento dessas quatro obras foi fundamental para o surgimento da pesquisa que aqui nos propomos, pois elas ofereceram reflexões sobre a importância de pensar a história local, não somente na região abarcada pela sede municipal, e instigaram a pensar como o município atual relaciona-se com a história e a identidade dos grupos sociais que contribuíram para o estabelecimento do município.

Além das obras citadas, existem outras que não são diretamente focadas no município de Arroio do Sal, mas oferecem relevantes conhecimentos. Como é o caso do trabalho de Leda S. Soares (2000) em “A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres” que expõem pequenos textos sobre os mais variados assuntos que abrangem a grande extensão de praias do litoral norte. Na parte dedicada ao município de Arroio do Sal, encontramos um texto curto e objetivo que tenta situar o leitor no espaço geográfico municipal colocando a área de moradia de algumas famílias tradicionais como referência para as informações.

Outra importante fonte de registro é o Projeto Raízes, organizado por Véra Lucia Maciel Barroso, desde o ano de 1990. O projeto propõe estimular o registro e reconhecimento da história local e regional a partir dos municípios que se originaram do município de Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro primeiros do estado. O projeto ocorre anualmente tendo um desses municípios descendentes de Santo Antônio da Patrulha, ou o próprio, por sede. O município sede sempre é o maior contemplado pelos trabalhos apresentados, mas não o único. Infelizmente, Arroio do Sal ainda não foi o município sede, mas outros muito próximos como Terra de Areia, Maquiné, Capão da Canoa e Torres, seu município mãe, já o sediaram e foram contemplados com inúmeros artigos que aqui podemos nos valer.

Sandra Donner (2015) em pesquisa sobre os projetos Raízes e Marcas do Tempo, constatou que muitos dos municípios do Litoral Norte do RS não possuem trabalhos sobre sua história e que as publicações desses projetos são usadas de referência na história local, como aqui fazemos. Os projetos incentivaram pesquisas, expuseram trabalhos de historiadores locais, promoveram o protagonismo da história local, em suas palavras “são projetos culturais de dimensões pedagógicas”. Durante sua

análise Donner destaca que nas obras são colocadas lado a lado práticas memorialísticas e artigos com padrões da historiografia acadêmica, e criou-se uma rede de intelectuais locais que trocavam experiências, discutiam teorias e foram legitimados, junto às comunidades, no papel de historiadores. Alguns, além de participar dos projetos, publicaram seus trabalhos de forma direta, entre eles Donner destaca o desembargador Ruy Ruschel, que após aposentar-se pode alargar as prospecções de seu tema – o município de Torres – e recebeu reconhecimento por suas contribuições a ser convidado a membro do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

Dentre as obras exploradas para a construção desta pesquisa, cabe também dar destaque ao trabalho de Martha Hameister (2005), intitulado *Notas sobre a construção de uma 'identidade açoriana' na colonização do Sul do Brasil no século XVIII*. No artigo, Hameister faz pontuações acerca da “identidade açoriana”, partindo do fato que a expressão ao ser utilizada é comumente associada ao local de origem dos grupos de colonizadores enviados pela Coroa portuguesa para povoar as terras do então Continente de São Pedro. Entretanto, ela discorre sobre o fato de que nem sempre os enviados consideravam-se “*Gentes das Ilhas*” ou “*Casaes de Sua Majestade*”, pois de fato muitos não o eram, ou assim não se percebiam. A partir desta análise, Hameister coloca que identificar-se como “ser açoriano” é um processo dinâmico ocorrido em tempos e locais distintos dentro do processo histórico. Pois, essa foi uma opção identitária construída em algumas ocasiões pelos nativos das Ilhas, não compartilhada homogeneamente por todos os indivíduos e, principalmente, fez parte de um discurso político utilizado para aproximar-se ou distanciar-se dos demais moradores da região ou povoado. Portanto, a identidade açoriana foi enaltecida quando oportunizava benefícios aos indivíduos que assim se declarassem (2005, p.83-95).

Para esclarecer o emprego de alguns termos recorrentes durante esta análise, discorreremos o significado de três conceitos fundamentais nesse processo: tradição, identidade e grupo social.

Iniciando pelo termo *Tradição* devemos trazer as ideias de Hobsbawn em “A invenção das tradições”, quando afirma que:

O objetivo e a característica das tradições, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõem práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O “costume”, [...] não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. (HOBSBAWN, 2015, p.08)

A diferenciação de uma tradição para um “costume” complexifica-se à medida que as ciências sociais não veem mais como algo arcaico as tradições, mas como uma ação de reapropriação, após uma aprendizagem. A interiorização dos valores ali sintetizados permite que haja modificações no rito sem modificação do simbolismo existente. Segundo Dominique Wolton, “na medida em que as

sociedades se modernizam, a tradição aparece para suportar a mudança social, pois nenhuma sociedade muda radicalmente, sendo que cada fase de mudança possui também estabilidade” (2006). Assim, pensaremos em tradição como um rito que em tempo longo pode apresentar grandes modificações, mas que em tempo curto, como o caso de nossa baliza temporal, as variações existentes não são significativas para se considerar uma “tradição inventada”. Nenhuma tradição existe sem haver pessoas com interesses comuns para valorizar e reproduzir as ideias ali representadas. Assim, a conceituação de Tom Bottomore, no Dicionário do Pensamento Social do Século XX. (1996, p. 344) sobre o que é um *grupo social* se torna extremamente válida para compreender o processo identitário que analisaremos:

Os grupos sociais, em sentido estrito, são extremamente variados no seu caráter. Tönnies (1887), em obra que exerceu influência considerável sobre o pensamento social posterior, estabeleceu uma ampla distinção entre dois tipos de grupo, *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade ou associação), em termos da natureza da relação entre os membros. Em uma comunidade, os indivíduos encontram-se envolvidos como pessoas integrais e estão unidos por um acordo de sentimento ou ideia, e Tönnies dá como exemplo a família ou o grupo de parentes, a vizinhança (a aldeia rural) e o grupo de amigos. Os membros de uma associação, por outro lado, entram na relação de uma forma mais calculada e deliberada, visando satisfazer objetivos específicos e parciais, e estão unidos por um acordo racional de interesses; os principais exemplos dados são os dos grupos preocupados com interesses econômicos.

A explicação dada por Tönnies sobre a existência de duas tipologias de grupo social: *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade ou associação), pode vir a ser cabal para a compreensão do processo sofrido pelos moradores da região de Arroio do Sal com a sua municipalização. Pois, quando formos comparar os elementos culturais materializados em associações e festas populares que existiam antes de 1988 e as que permanecem em 2019 será relevante a percepção de quem faz a manutenção destas festas: a “comunidade”, os moradores originários do município com suas tradições identitárias, ou a “sociedade”, todos os indivíduos originários ou não da região que ali passaram a habitar.

Estabelecer esta diferenciação entre esses grupos sociais, também ajuda na compreensão da relevância de nosso terceiro conceito *identidade*, pois

as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. [...] A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. [...] É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente (por exemplo, as escolhas feitas no momento de uma eleição). Ao mesmo tempo, o trabalho com a História Oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial porque está atrelada à construção de sua identidade. (ALBERTI, 2005, p. 166-167)



Tendo consciência de que, a partir do estudo das tradições culturais manifestadas espontaneamente entre os moradores, estaremos analisando as estruturas que mantêm a população municipal sentindo-se como pertencente, ou não, daquele espaço, a decisão de utilizar a pesquisa com história oral nos parece extremamente válida quando se sabe que:

uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizados e decisões estratégicas. [...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. (ALBERTI, 2005, p. 165).

Analisar esta reflexão permite, como a partir de teóricos da Escola do Annales, como Braudel, com sua tipologia de “tempos”, e como Thompson que afirmou que “o historiador examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos)”, iremos utilizar os elementos da tradição luso-açoriana existentes para compreender a dinâmica das relações econômicas que no decorrer do tempo possibilitou o fortalecimento da comunidade para constituir o município de Arroio do Sal, mas que também não construiu uma identidade cultural identificada ao seu passado étnico. Pois, apesar desta pesquisa focar elementos culturais, esta é apenas uma das engrenagens no dinâmico sistema que constitui e consolida os grupos sociais de uma sociedade.

Assim, a realização desta pesquisa se torna relevante para identificar e analisar a hipótese de uma possível identidade cultural açoriana existente hoje entre os moradores de Arroio do Sal, para que uma possível valorização de preservação dessa característica cultural ocorra. Pois, o desconhecimento da identidade – ou das identidades – deste jovem município do litoral gaúcho, que ainda busca diretrizes para promover a qualificação da vida de seus habitantes, pode ser facilmente revertida e é ação primordial para definir ações futuras em prol da comunidade, uma vez que, como foi dito, o aumento expressivo de moradores em curto espaço de tempo, sem planejamento estratégico, gera impacto em todas as áreas sociais.

## 2 OS COLONIZADORES DE ARROIO DO SAL

Segundo os dados apresentados pela comissão de emancipação a Assembleia Legislativa do Estado no ano de 1988, a população da região era composta então por 1.078 eleitores, de quatro correntes étnicas: indígena, alemã, italiana e lusa. Infelizmente, não há referência sobre as formas com que esses dados foram coletados, mas pelo histórico exposto no mesmo material, a comissão considera o ano de 1938 como baliza temporal para o início do núcleo de formação do povoado que deu origem ao município. Porém, esses são dados válidos apenas para um dos núcleos de povoação da região abarcada pelo atual município de Arroio do Sal, que compreendeu uma área de 121 km<sup>2</sup>, que segundo o mesmo relatório, compreendia em 1988, 37 núcleos populacionais diferentes. Seriam eles: Sul Atlântico, Pérola, Bom Jesus, Arroio Novo, Sereia do Mar, Marambaia, Âncora, Figueirinha, Jardim Raiante, Verde Mar, Arroio do Sal, Areias Brancas, Lagoa do Camboim, São Jorge, São Paulo, São Pedro, Jardim Oliva, Rondina Nova, Rondinha Velha, Balneário Atlântico, Praia Azul, Arroio Seco, Serra Azul, Balneário Gaúcho, Paraíso, Estrela do Mar, Praia Webber, Praia Recreio, Praia Yara, Lagoa do Jardim, Porto Estácio, Raizera, Pinus Parque, Estância do Meio, Três Arroios e Figueiras.

**Figura 1** – Mapa dos os limites do município de Arroio do Sal - 2017



Fonte: GROSS.2017, p.44.

Para compreender como acontece a colonização do município de Arroio do Sal iremos retroceder a baliza temporal dos dados expressos no dossiê apresentado à Assembleia e também pensar na totalidade da extensão do território municipal, e não apenas na área escolhida para estabelecer sua sede. Pois, esse dossiê, apesar de ser uma fonte oficial de dados sobre o município no ano de 1988, possui algumas informações que merecem ser repensadas. Por exemplo: o documento afirma existirem 1078 eleitores no local, enquanto os dados oficiais do TRE-RS sobre os eleitores que compareceram nas urnas no mesmo ano contabiliza 1355 votos, usa 1938 como ano marco de povoação desconsiderando todos os habitantes para além do núcleo da sede municipal que ali já estavam, e ainda não cita a presença negra, mesmo que um dos municípios próximos, Capão da Canoa, fosse conhecido como Capão dos Negros. Segundo Leite (1991, p. 14) a identidade do sul do país se constrói pela negação do negro, sendo ele sistematicamente retirado da identidade regional em defesa da branquidade e europeização da região, principalmente nos discursos dos descendentes europeus. Assim, usaremos dessa fonte disponível com parcimônia historiográfica, a fim de refletir o porquê da possível identidade cultural relacionada aos descendentes dos ilhéus lusos, dos açorianos, ali existentes não ter sido citada.

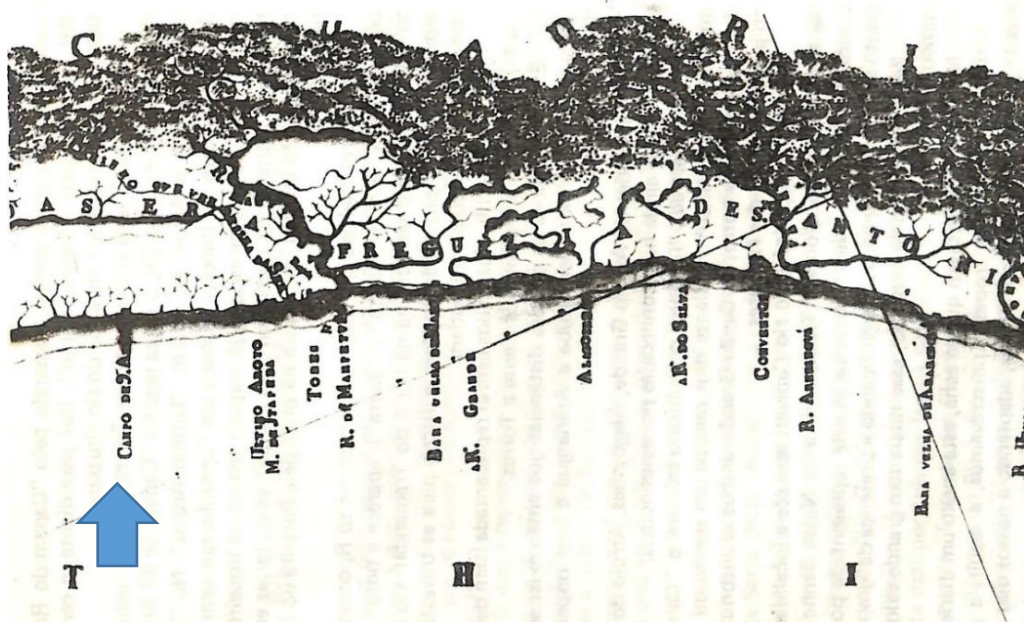
Desde o envio dos primeiros desbravadores do Brasil existem mapas e registros sobre o litoral norte do Rio Grande do Sul, geralmente trazendo descrições da utilização do espaço para criação de gado e sobre os deslocamentos de tropas de defesa pelo Caminho do Mar. Esse último, é o caso do registro que apresentamos na sequência para esboçar quem foram os primeiros povoadores da região. Estabelecido o Tratado de Santo Idelfonso (1777), as tropas portuguesas comandadas pelo Marechal Campo Gama Lobo, em 1778 e 1779, recuaram em direção a Santa Catarina registrando em mapa e diário de marcha a passagem da tropa pelas terras de Arroio do Sal.

A região de Arroio do Sal está demarcada no mapa como *Campo de 9 Arroios*. Segundo o diário de marchas das tropas, na passagem do décimo sétimo dia de caminhada, registra-se a inexistência de moradores nesse campo. Os únicos habitantes seriam três militares, avistados na região da Itapeva, região que hoje pertence ao município de Torres, que haviam sido designados para registrar os passantes do Caminho do Litoral e evitar contrabandos (RUSCHEL, 1984, p.44-48). O mapa corresponde ao período em que passa a ser proprietário dessas terras é Inácio José Araújo, que em 1779, comprou parte da Estância São Maurício<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A Estância São Maurício surgiu em 1766 a partir da sociedade entre o Cap. Manoel Bento da Rocha e Antônio Luis Escobar Araújo, compreendendo 80 km de comprimento por três de largura, estendendo-se do atual município de Imbé até o Morro da Itapeva.

**Figura 2** – Mapa do litoral gaúcho-catarinense, 1778-79



Fonte: RUSCHEL, 1976, p.26

Frente a esse importante registro, destacamos que para localizar referências documentais sobre a área do município de Arroio do Sal devemos ter ciência de que essas informações, conforme o período, está relacionada a diferentes municípios. De 1809 a 1857 a região pertenceu ao município de Santo Antônio da Patrulha; de 1857 a 1878 ao município de Conceição do Arroio (Osório); e de 1878 a 1988 ao município de Torres. Como nossa proposta é pensar sobre os povoadores, iremos nos deter aos registros que evidenciam a presença permanente e contínua de moradores na área do futuro município de Arroio do Sal.

Seguindo nos estudos realizados por Ruschel, outra referência direta aos povoadores que originam a comunidade de Arroio do Sal, mais especificamente da localidade da Estância do Meio, é o registro da passagem do bispo do Rio de Janeiro, D. José Cateano Coutinho, em visita pastoral no ano de 1815. O bispo hospeda-se na casa do Alferes Manoel Porto Ferreira, em Torres. E recebe a visita de muitos moradores do campo, da Itapeva e da Estância do Meio, interessados em participarem dos atos litúrgicos e realizarem os sacramentos. Foi nesta visita que o bispo autoriza a construção de uma capela para atender os cerca e 400 moradores do litoral espalhados pelas fazendas existentes (Ruschel, 1984, p. 50). Para compreender como em 36 anos, uma área que era registrada no diário das tropas como desabitada, passou a abrigar um número tão expressivo de habitantes é necessário pontuarmos as ações da Coroa portuguesa para defender seu território dos espanhóis e povoar a região sul da colônia do Brasil.

## 2.1 Açorianos no Rio Grande do Sul e em Arroio do Sal

Existe uma longa bibliografia produzida por especialistas do tema para tratar dos detalhes que envolvem o envio, a chegada e os assentamentos dos *Casaes* açorianos no território do Continente do Rio Grande de São Pedro. De forma singela, podemos afirmar que o envio dos *Casaes* foi uma estratégia da Coroa portuguesa para resolver questões de definição de fronteira com a Coroa espanhola no Brasil, e para resolver problemas de superpopulação nas Ilhas dos Açores, que sofriam para produzir minimamente o sustento para o contingente populacional que abrigava no período, principalmente, depois de serem atingidas por catástrofes ambientais. Assim, aqui nos propomos a pontuar sobre alguns elementos históricos que nos são relevantes para compreender a presença étnica açoriana no litoral do RS.

Os primeiros *Casaes* que foram fixados no RS, em 1752, ocuparam a Vila de Rio Grande, e os Campos de Viamão ( hoje Viamão e Porto Alegre), posteriormente seguindo também para Rio Pardo, Triunfo e Santo Amaro do Sul. Os *Casaes* inicialmente fixados na Vila de Rio Grande, quando da invasão espanhola em 1763, deslocaram-se para Estreito, Mostardas, Santo Antônio da Patrulha, Taquari e Osório.

Durante os estudos básicos sobre os processos de definição de fronteira entre portugueses e espanhóis nas terras do RS, os debates sobre a influência étnica são superficialmente pontuados. Discute-se a política das coroas portuguesa e espanhola, mas não as características étnicas dos povos que estão essas soberanias. Assim, o conhecimento popular transforma em sinônimo ser luso e ser açoriano<sup>4</sup>, quando se apropria da informação que Porto Alegre, capital do RS, foi fundada com a chegada de 60 *Casaes* açorianos ao Porto dos Casais, em 1752.

Esses súditos moradores das Ilhas do Açores que chegam ao RS, para além de serem da nacionalidade portuguesa, possuem características que os identificam como um grupo étnico com traços culturais específicos que permitiu no século XX a conceituação do termo açorianidade. Nas palavras de abertura do Congresso do Centenário da Autonomia, 1895-1995 (Ponta Delgada) “Açorianidade é a alma que se transporta quando se emigra, como também aquilo que de cada um de nós se espera quando nós *vivemos fora*. A ilha *em que* nascemos é um eixo do Cosmos, uma pequena-pátria, um mundo de referências matriciais”.

---

4 Em 1932, o escritor português Vitorino Nemésio, escreveu o artigo “Açorianidade”, sobre o viver das Ilhas dos Açores, a partir de então fortalece-se a construção da diferenciação cultural do português insular do português continental. O termo açorianidade passa a ser expressão para diferenciação cultural e política.

**Figura 3** – Mapa de localização do Arquipélago dos Açores, litoral português



Fonte: Imagens da internet.

No RS, os portugueses açorianos eram a maioria dos enviados pela coroa portuguesa, se espalharam por diferentes regiões do Estado e, integrados aos demais indivíduos que já estavam no território pelas questões militares, foram fundamentais na colonização do Estado. Na terceira obra *Açorianos no Rio Grande do Sul*, realizada por incentivo do Instituto Cultural Português, de Porto Alegre, e pelo Governo Regional dos Açores – afirma que a partir da década 1970, com a institucionalização de sua autonomia administrativa passou a incentivar sua identificação cultural para abrir-se a novas influências. O pesquisador e genealogista Luiz Alves afirma sobre a influência da cultura açoriana na sociedade do século XX local:

Os vestígios culturais, às vezes, invisíveis e não perceptíveis à primeira vista, estão presentes em todos os lugares. [...] As pessoas não ficam dizendo que isto ou aquilo é açoriano, mas muitos elementos de nossa identidade vêm das ilhas. Em outras culturas fica mais visível: isto é italiano, isto é germano, etc. (ALVES, 2011, p. 19).

Para Alves, além das questões de nomeação que já vimos, o fato da cultura açoriana ter sido usada como base da criação da cultura gaúcha contribui para que hoje não exista o reconhecimento da existência mesma. Assim, seria mais visível e nomeável aquilo que destoa do genérico na sociedade gaúcha, no caso traços de cultura italiana ou germana. Mas, tanto a não identificação como açoriano, quanto a identificação como italiano ou germano é resultado de discursos resultantes dos processos políticos vividos nos dois países, Brasil e Portugal, atuais ou antigos. Hameister em seus estudos sobre os açorianos no século XVIII no RS, afirma que

O termo açoriano será empregado doravante, no máximo, como indicação de origem geográfica e não mais como designação de um grupo. Essa ressalva é significativa, pois a autodenominação e a dissidência por outros é de fundamental importância para forjar e manter a identidade de um grupo quando em contato com outros. (BARTH, 2000 p.25-67 Apud HAMEISTER, 2005, p.58)

Diferente do que pensa Alves, Hameister, baseada no conceitos de Barth, defende que não se autodenominar etnicamente foi uma escolha do próprio grupo para preservar seus interesses na época, por conseguinte, uma identidade de diferenciação não foi transmitida às gerações seguintes, ou seja, se não existe uma identidade açoriana em determinados locais do RS, ou se seus traços culturais não são reconhecidos, foi por escolha dos próprios migrantes. Fica mais facilmente compreensível a ideia de Hameister (2005, p. 84) quando esclarecermos que quando a Coroa portuguesa decide povoar sua colônia oferece muitos benefícios aos *Casaes* que se interessassem em migrar para o Brasil, mas não se opõe que indivíduos não pertencentes aos *Casaes* buscassem uma nova vida nessas terras.

O fato é que ao ouvir a expressão *Casaes*, *Casaes de Números*, *Casaes Del-Rey* como ficaram conhecidos esses migrantes, muitas vezes não se percebe que além dos *Casaes* propriamente ditos, haviam seus filhos, dependentes, vizinhos e agregados diversos. E nos grupos de embarcados também havia famílias que não se enquadravam nas características definidas por *Casaes* e que puderam financiar sua viagem e estabelecimento nas terras do Brasil.

O envio dos *Casaes* iniciou com a publicação de um edital<sup>5</sup> nas Ilhas dos Açores em 31 de agosto de 1746. A proposta oferecida aos *Casaes*, compostos por homens de até 40 anos e mulheres de até 30 anos, mostrava-se atraente, pois a esses interessados o governo daria transporte marítimo e terrestre, com o ganho de um quarto de légua<sup>6</sup> para cada cabeça de casal, valores em dinheiros, ferramentas, animais, sementes, e alimento (farinha) no primeiro ano.

Um pequeno trecho da obra de Oscar Wiederspahn pode ajudar a compreender como é difícil estabelecer um número exato de colonizadores açorianos que chegaram ao RS se não utilizarmos o método de contagem de *Casaes*:

Segundo a mesma *Relação* [Relação de todos os casais que tem vindo das ilhas dos Açores e Madeira para esta de Santa Catarina] do coronel *Manuel Escudeiro*, achavam-se na ilha de Santa Catarina e povoações no continente da capitania, 720 casais, com 4.442 pessoas, em fins de julho de 1752, número que somente poderia ser admitido com a inclusão de novos casais formados em terras brasileiras após a sua chegada e localização na nova pátria, bem como dos já aqui nascidos. Até aquela data haviam sido levados para as proximidades da vila da Laguna 80 casais, com 393 pessoas, e para o Rio Grande do Sul, até fins de julho do mesmo ano, outros 278 casais, com 798 pessoas. (1979, p.35)

---

<sup>5</sup> Registro do edital que Sua Majestade mandou imprimir para os moradores das Ilhas dos Açores e *Casaes*, e todos os mais que se quisessem alistar para povoadores deste estabelecimento e Santa Catarina. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147&start=410>

<sup>6</sup> No período colonial 1 légua portuguesa corresponde a 6.600 metros, assim um quarto seria 1.650 metros. Cada *Casal* recebeu quase 3 hectares e meio de hoje.

O cálculo de pessoas e *Casaes* descritos no relatório é uma tentativa de compreender a divergência nos números de imigrantes embarcados nas Ilhas dos Açores, os desembarcados em Santa Catarina e os enviados ao Rio Grande do Sul. Entre a intenção de envio, os contingentes enviados à efetiva instalação das colônias existiram muitos percalços no caminho que acabaram por reduzir e atrasar a chegada dos *Casaes* aos locais inicialmente pretendidos para eles ocuparem no RS.

O primeiro grupo de *Casaes* desembarcou entre janeiro e fevereiro de 1748 em Santa Catarina, não se sabe o número exato de imigrantes que o compunha, depois de uma desastrosa viagem marcada por pouca infraestrutura, doença e mortes. Acredita-se que cerca de 10% dos embarcados no Açores não chegaram ao destino final (WIEDERSPAHN, 1979, p. 24). Os grupos de *Casaes* que desembarcaram na sequência ainda vieram a sofrer com a impossibilidade do coronel Manuel Escudeiro, governador dessa capitania, de dispor dos recursos prometidos pela Coroa a eles. Quando o coronel Manuel Escudeiro reúne meios de embarcá-los para a Villa de Rio Grande já se encontravam no ano de 1752, ano que é considerado o marco da colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (RS).

Depois do envio dos primeiros grupos a Rio Grande, outra tragédia modifica o processo de colonização açoriana no RS. Em 1753, um temporal atinge as escunas que transportavam os *Casaes* de Santa Catarina para Villa de Rio Grande, e de 250 pessoas embarcadas apenas 77 sobrevivem. Os sobreviventes foram acolhidos nas proximidades<sup>7</sup> e poucos concordaram em seguir posteriormente a Rio Grande.

Daí em diante seguiriam de Santa Catarina para povoar terra sul-rio-grandenses, apenas pequenos grupos de casais açorianos, alguns por terra, outros embarcados nos navios que então aportavam em Desterro, com elementos e meios destinados em regra mais para reforçar militarmente a nossa faixa fronteiriça sulina, do que propriamente com objetivos colonizadores. (WIEDERSPAHN, 1979, p.37-38).

O grande número de mortes no processo de chegada dos açorianos às terras do sul do Brasil, e outras questões políticas, como a Guerra Guaranítica<sup>8</sup>, fez a Coroa repensar sua estratégia de colonização sulina. Os deslocamentos passaram a ser por terra e os migrantes açorianos, ou seus descendentes, passam a usar caminhos já conhecidos pelas tropas militares para adentrar as terras da Capitania de Rio Grande de São Pedro.

O objetivo dos migrantes chegados primeiramente em Santa Catarina ao deslocarem-se por terra em direção ao Rio Grande do Sul, era alcançar núcleos de povoação inicialmente indicados pela

---

<sup>7</sup> O local do acidente foi nomeado de Ponta dos Naufragados, na Ilha de Santa Catarina – Florianópolis/SC.

<sup>8</sup> Guerra ocorrida entre os anos de 1753 e 1756, na qual os índios catequisados nas Missões Jesuíticas se recusavam a sair das terras que ocupavam que, segundo o Tratado de Madri, pertenceria à Coroa portuguesa e não mais a espanhola.



Coroa e não de fixarem-se na região de Arroio do Sal. Entretanto, cabe ressaltar que a região passa a ser conhecida não apenas pelos bandeirantes, tropeiros e grupamentos militares que eram enviados pelas planas e bem irrigadas terras do *Caminho do Litoral*<sup>9</sup>, mas também por essas numerosas famílias que buscam um local para estabelecerem-se.

Esse contato dos migrantes com a geografia da região pode ter contribuído para despertar o interesse de fixação espontânea dos primeiros colonizadores na região que hoje é Arroio do Sal. Os dados oficiais de 1756, afirmam que em Santa Catarina nesse período havia 9.758 habitantes, sendo 1.084 *Casaes das Ilhas*, 1.097 *Casaes da Terra*, 3.421 pessoas também vindos das ilhas e 3.446 natos brasileiros, filhos de *Casaes das Ilhas* ou de *Casaes da Terra*. (WIEDERSPAHN, 1979, p. 33 - 40). No processo de distribuição de terras aos açorianos em Santa Catarina esses foram fixados na região litorânea em direção ao sul do estado.

## **2.2 O litoral Norte do RS: diferentes comunidades para diferentes etnias**

Para compreender o processo de composição étnica do município de Arroio do Sal, citado do relatório oficial de 1988, relativo a quatro etnias, não podemos desassociar o município dos demais municípios de seu entorno. Para evidenciar a presença da etnia lusa-açoriana na região é necessário traçar algumas referências sobre as demais áreas que compunham o município de Torres.

Não foi localizada pesquisa publicada que relacione os açorianos nomeados nas documentações do litoral norte do RS diretamente aos *Casaes de Número*, mas segundo os estudos de Ruschel (2004, p. 67) sobre o desenvolvimento do município de Torres, os açorianos representam uma importante parcela de seus colonizadores, eles seriam oriundos de Santa Catarina (70%) e de Mostardas (10%). Os dados usados por Ruschel para estabelecer esses números não foram publicados, porém interpreta-se no texto que ele utilizou registros de terras e registros genealógicos, pois na sequência afirma que ‘seriam moradores de ambas as regiões com no mínimo sangue açoriano’. Assim, é provável que esses açorianos de Torres fossem parte dos *Casaes da Terra*, os filhos solteiros dos *Casaes de Número* que aqui constituíram família. Esses açorianos teriam comprado terras na zona rural de Torres, conhecida por Estância do Meio, parte da antiga Estância São Maurício<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Um dos deslocamentos usados pelos tropeiros no século XVIII para a condução dos animais da Vacaria do Mar era via litoral, utilizando a extensão litorânea desde o Chuí até Torres para depois subir a serra em direção a Minas Gerais.

<sup>10</sup> Em 1779, a parte adquirida por Inácio José Araújo da Estância São Maurício, passou a ser conhecida por três nomes: Norte - Sítio da Itapeva, Centro - Estância do Meio e Sul - sede de Manoel Bento.

Diferentes dos outros proprietários da região compreendida por Arroio do Sal nos dias de hoje, esses serão os primeiros proprietários a fixarem-se na terra e iniciarem uma povoação. São parte do grupo de 400 pessoas que comparecessem à visitação ao bispo D. José Cateano Coutinho, em 1815, quando da sua passagem na casa do Alferes Manoel Porto Ferreira, como anteriormente citamos.

Valendo-nos das fontes consultadas por Ruschel (2001, p. 50 - 52) podemos nomear alguns desses proprietários: Família Cardoso e Vitorino Antônio Nunes, na Estância do Meio; o açoriano José da Silveira (natural da Ilha de São Jorge ou Faial) e seus filhos, Elis Silveira (nascido no Desterro e genro de João Martins da Rocha, natural da ilha Terceira) e Alexandre da Silveira, em Areias Brancas.

**Figura 4** – Mapa do Litoral Norte do RS, em destaque municípios do entorno da Lagoa da Itapeva e a localidade da Estância do Meio



Fonte: Disponível em <http://www.caminhosdovalesedasaguas.com.br/>.

Para compreender como era a vida desses primeiros moradores, que por cronologia infere-se que fosse da família dos Cardoso ou de Vitorino Antônio Nunes, podemos utilizar as descrições feitas por Saint-Hilaire em sua viagem ao Rio Grande do Sul, em 1820:

*Estância do Meio*. 8 de Junho. 4 1/2 léguas. – A casa em que pernoitei ontem fica tão próxima do mar que ouvi toda a noite o marulhar das vagas. O caminho continua a atravessar a mesma planície húmida, já descrita, e que a vizinhança da Serra, a mistura de moitas de matos e pastagens e o aspecto dos *butiás* tomam francamente agradável à vista. [...] Pouco a pouco o caminho se aproxima da Serra e cerca de uma légua daqui percebemos o lago de que falei ontem e que se estende ao pé das montanhas. Até aqui temos apreciado panoramas encantadores, ficando a palhoça, junto à qual posámos localizada justamente à margem do lago. [...] Aqui, entretanto, veem-se apenas, de longe em longe, algumas miseráveis choupanas. Parei perto de uma, tão imunda que não tive coragem de aí assentar minha cama. Contudo a dona da casa apresentou-se vestida de modo idêntico ao da palhoça de Itapeva,

usando um vestido de ganga azul, de mangas compridas, e um fichú de cassa<sup>11</sup>, tendo os cabelos armados por uma travessa. Enquanto escrevo estendem uma esteira no chão e aí servem a sopa, reunindo-se toda a família em torno da esteira. (SAINT-HILAIRE, 1939, p.28 – 29)

Para complementar a descrição da região há outras duas passagens escritas por Saint-Hilaire relevantes. A primeira feita no dia anterior, na localidade da Itapeva; a segunda feita no dia posterior no Sítio do Inácio:

A palhoça é construída de paus armados em grade e forrados de folhas de palmeiras que também entram na cobertura da casa. Esta se compõe de dois compartimentos apenas - um pequeno paiol sem portas e um quarto sem janelas e sem mobiliário, onde as roupas e utensílios de toda a família são estendidos sobre esteios. [...] A localidade pertence à Freguesia da Serra, que dista 15 léguas, motivo pelo qual os moradores locais somente nas festas da Páscoa vão à missa, e morrem sem receber os sacramentos da Igreja. (SAINT-HILAIRE, 1939, p.27)

Estamos agora em face de um sítio que, sendo ainda uma pequena palhoça, oferece melhor aparência que os por nós encontrados ontem e anteontem. Aí deparámos apenas um velho negro que seu dono deixa para receber a correspondência vinda de Porto Alegre e que se destina à guarda de Torres. Por esse negro fiquei sabendo que o patrão tinha sua residência principal do outro lado do lago não tendo este sítio outra utilidade além da matança dos animais criados nas pastagens vizinhas. Parece mesmo pertencer a todos os agricultores do distrito, os quais plantam na margem ocidental do lago, cobertura de mata, deixando os animais na margem de cá, onde as pastagens são muito boas. (SAINT-HILAIRE, 1939, p.30)

Essas duas passagens são importantes para compreender quão precária era a vivência desses colonizadores açorianos da Estância do Meio, tanto em aspectos físicos quando espirituais - que são basais para a sociedade do período. Sua moradia é praticamente apenas um abrigo das intempéries do tempo, pois a moradia do escravo deixado por seu senhor para cuidar do gado é avaliada de melhor qualidade do que a dos moradores da Estância do Meio. Não existem vizinhos por léguas, as terras do entorno continuam sendo para a criação de gado; não existia uma igreja<sup>12</sup> próxima para seus ritos de fé serem atendidos ou para que se estabeleçam pequenos momentos de encontro com os demais habitantes de Torres. E, para além disso, o comentário relativo ao escravo, inicialmente marcando a presença negra na região, traz outras duas situações: quem seria a família moradora do outro lado do lago que podia dispor de um escravo para cuidar dos animais; a moradia era do proprietário do escravo e ali deixava seus animais; os animais seriam de mais de um agricultor da outra margem do lago. Ou seja, existia um proprietário para as terras, mas muitos faziam uso das mesmas para a criação de gado.

Nos anos subsequentes à passagem de Saint-Hilaire, o fato que irá impactar a região de forma contundente é a criação de duas colônias de imigrantes alemães, no ano de 1826. O grupo de 422

---

<sup>11</sup> Lenço de tecido leve e formato triangular, com que as mulheres cobrem a cabeça, pescoço e ombros.

<sup>12</sup> A partir de janeiro de 1823 Torres passou a ser atendida por um sacerdote de Osório. A Igreja de São Domingos das Torres foi inaugurada em 24 de outubro de 1824.

alemães foi dividido conforme sua fé. Os protestantes foram encaminhados para as margens do rio Três Forquilhas, um novo núcleo de povoação surgiu e posteriormente deu origem ao município de mesmo nome que hoje existe ali. Os colonos de fé católica foram fixados mais próximos à comunidade de Torres, fundaram a Colônia São Pedro, hoje município de Dom Pedro de Alcântara.

Nos primeiros anos após a instalação dos alemães em suas colônias, o relatório de Caetano Maria Lopes Gama, de 1830, ao Conselho Geral da Província, afirma o que o isolamento da região litorânea pela dificuldade de transporte impede que seu potencial econômico seja alcançado:

Eu estou persuadindo de que todos estes melhoramentos, e outros não menos necessários no canal do Rio Grande, na barra do Rio S. Gonçalo, e nas Lagoas, por meio das quaes nos podem ser embarcadas as produções do Districto das Torres, serão lentos e vagaroso; mas também creio que, se nunca se principiari a dar-lhes impulso, nunca eles oferecerão as vantagens que prometem. (ROCHE, 1961, p. 69)

O já anunciado lento desenvolvimento pela dificuldade de transporte, foi estendido por mais alguns anos pelas limitações governamentais do que 10 anos de guerra<sup>13</sup> poderiam causar. Entretanto, as famílias fixadas à terra fizeram com que a população da região aumentasse. Após o término da guerra, o Mapa Estatístico de Propriedades do RS (1846) registra 17 propriedades na Estância do Meio e outras três no Curral Falso, que hoje também pertence ao município. Os proprietários eram: Luciano José Duarte, Antônio Rolim Cardozo, herdeiros de Antônio Cardozo Vieira, no Curral Falso e os demais Joaquim Francisco de Oliveira, José Luís Monteiro, Adriano Cardozo de Lima, Marcelino de Souza Machado, José Antônio Cardozo, Beníssimo Antônio Sobreira, Zeferina Maria de Jesus, Manuel Ignácio Cardozo, José Valim de Azevedo, Rafael Joaquim Cardozo, José Caetano de Souza, Manuel Cardozo, Domingos Gomes de Souza, Quirino Antônio de Souza, Hipólito Antônio Rolim, e Luciano José da Silva Pacheco dos Santos, na Estância do Meio. Sobre esses dados, é importante acrescentar que o nome de alguns proprietários, ou de homônimos, aparecem na mesma listagem em outros distritos localizados no entorno da Lagoa da Itapeva<sup>14</sup>. Percebe-se que todos os nomes das diferentes regiões que hoje compõem Arroio do Sal são de origem portuguesa. Mais de vinte anos depois da presença alemã nas proximidades, apesar de ter-se estabelecido um intercâmbio comercial entre as diferentes comunidades, como demonstrará os estudos de Witt (2015) a seguir, não parece haver o mesmo com relação ao deslocamento físico das famílias, os núcleos étnicos mantinham-se.

---

<sup>13</sup> A Revolução Farroupilha foi uma guerra realizada iniciada pelos grandes proprietários de terras do sul que contra o governo Imperial, inicialmente se estabeleceu devido a problemas de taxações sobre o principal produto do comércio regional, o charque.

<sup>14</sup> A Lagoa da Itapeva possui 110 quilômetros quadrados (40km de comprimento por 3 a 4km de largura) e é situada entre os municípios de Torres, Três Cachoeiras, Arroio do Sal e Terra de Areia. A margem oriental se distancia apenas a 2 ou 3 km das praias marítimas.

Outra questão fundamental diz respeito à tese do isolamento, ou seja, a própria existência da venda auxiliava no combate à falsa ideia de que houve Colônias quase que totalmente isoladas. Os empreendimentos analisados [...] em São Leopoldo, Três Forquilhas, Torres ou Taquari, mostraram que o vendeiro se comunicava e negociava com Porto Alegre, que extrapolava a micro-região onde seu comércio estava sediado e que atendia a fregueses de outras origens, sobretudo açorianos e portugueses. Ao se compara se comparar as mercadorias vendidas em cada estabelecimento comercial, percebe-se que as necessidades eram as mesmas: vestuário, medicação, alimentos não produzidos na colônia como o sal, objetos e ferramentas para a lide e armas de diversos tipos. (WITT, 2015, p. 277).

Ao pesquisar sobre o comércio entre as colônias alemãs no RS, Witt analisou dados de inventários e livros contábeis das vendas pertencentes a alemães das colônias católicas (Colônia São Pedro) e protestantes (Três Forquilhas) do litoral norte. Com esses dados ficou estabelecido que a região poderia estar distante dos grandes centros econômicos da época, mas que não havia isolamento, as vendas ficavam em pontos estratégicos para fazer a ligação entre os diferentes consumidores. Todas as colônias produziam para sua subsistência e iam além, foi de forma lenta, mas as comunidades passaram a produzir e vender seus produtos entre si e para comunidades mais distantes. Entre os produtos mais produzidos estavam: açúcar, cachaça, rapaduras, farinha de mandioca, polvilho, charque, banana, feijão e milho.

O transporte que ganha força em toda a região é através das lagoas. Alguns portos ganham destaque como referência para o escoar da produção, mas todas as famílias do entorno da Lagoa da Itapeva têm seu próprio ancoradouro tanto para visitar familiares em outras margens, quanto para ter meios de levar seus produtos aos portos de venda, onde ficavam os estabelecimentos comerciais pesquisados por Witt.

O deslocamento por via lacustre não dependia de investimentos do governo e o tempo gasto no transporte era menor que com as carretas. Era uma alternativa viável para todos os produtores e comerciantes da região. Pois, por mais que os caminhos entre a serra e o mar já fossem cruzados continuamente há décadas pelos tropeiros, não queria dizer que houvesse qualidade nas estradas e picadas e os comerciantes, como é esperado, buscavam meios de escoar seus produtos com maior lucro independente dos apoios governamentais. Um dos comerciantes pesquisados por Witt, José Raupp, que possuía venda em Torres, adquiriu terras em Santa Catarina para prosperar, ‘a descrição das terras aponta para intercâmbio com Campos de Cima da Serra, também efetuado por colonos evangélico-luteranos de Três Forquilhas. Das vinte e quatro propriedades elencadas, pelo menos nove estavam posicionadas na região limite entre planície e a subida da serra’ (2015, p. 268). Raupp ainda possuía iates e besta próprios para realizar suas transações comerciais. A necessidade de melhorar os caminhos de ligação entre serra e mar ganhou nova força quando novos colonos são trazidos ao RS, dessa vez da etnia italiana (1875) e instalado sobre a serra.

A Estrada da Renascença<sup>15</sup> é aberta pela Serra do Pinto para ligar o litoral aos Campos de Cima da Serra. Enquanto os caminhos de comércio são redesenhados por terra, o transporte lacustre vai ganhando ritmo constante. Do vale dos Três Forquilhas para o litoral, a saída natural era feita margeando o rio até o Planalto do Espinho e daí para a Lagoa da Itapeva, atravessando a Barra dos Quirinos para Estrada da Laguna (ELY; BARROSO, 1999, p. 356-379). Uma engrenagem comercial constitui-se interligando as diferentes colônias.

Enquanto a serra se torna um mercado consumidor cada vez mais atraente aos produtos do litoral entre eles o charque de peixe e o tão apreciado marisco que enriquecia a mesa dos serranos, em contraprestação os tropeiros além de se tornarem admiradores das praias o litoral norte onde vinham em temporadas de descanso e de veraneio, também transportavam e vendiam os seus produtos como charque de gado, queijo ou pinha, muito apreciado pelos litorâneos (ELY, 1999, p.52).

Assim, as colônias italianas sobre a serra, os colonos alemães no litoral concentrados nas duas colônias, católica e protestante, e os demais moradores portugueses e açorianos do entorno da Lagoa da Itapeva constroem uma dinâmica comercial que propicia um desenvolvimento mútuo que vai adaptando-se às diretrizes políticas impostas.

Entre revoltas e guerras regionais e nacionais pelo país, há a passagem do Império para a República e é chegado o século XX. Se o Estado já superou sua nova instabilidade revolucionária<sup>16</sup>, o mundo agora sente os efeitos da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Na localidade da Estância do Meio, povoada ainda pelos descendentes dos proprietários de terras citados no relatório de 1846, o período entre 1920 e 1950 é marcado pela edificação do grande símbolo da comunidade, sua igreja. Consagrada ao Imaculado Coração de Jesus, a igreja foi erguida pelos próprios moradores da localidade em regime de mutirão e passou a ser marco de localização e espaço vivência comunitária.

**Figura 5** – Atual Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na localidade da Estância do Meio/Arroio do Sal

---

<sup>15</sup> A Estrada da Renascença hoje faz parte do conjunto de rodovias compõe a chama Rota do Sol, que sai do município de Caxias do Sul em direção ao de Terra de Areia no litoral norte do RS.

<sup>16</sup> Entre os anos de 1893 e 1895, o RS envolve na Revolução Federalista. Movimento dos estados do sul do Brasil contra a constituição republicana estabelecida.



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 6** – Placa comemorativa a consagração,  
na porta da Igreja



Fonte: Acervo da autora.

### 2.3 Arroio do Sal para além de seus marisqueiros

A região litorânea norte do RS, segundo a tese defendida por Witt (2015), não sofria com isolamento. Ela adaptou-se ao comércio de longa distância para ter acesso aos produtos que não produzia e apesar de estar geograficamente muito afastada dos conflitos do solo europeu, os efeitos da Primeira e Segunda Guerra foram muito sentidos na região do litoral a ponto de mudar o curso de povoamento. É nesse contexto entre guerras que a região de Arroio do Sal deixa de ser um reduto de descendentes de açorianos para abrigar *gringos*<sup>17</sup> vindos da serra.

Existem três movimentos que contribuem para a chegada dos *gringos* à região de Arroio do Sal: a primeira é o turismo; a segunda, a necessidade de sal; e a terceira, a morte de José Medeiros de Quadros.

Em torno de 1910, Torres passa a receber grupos de turistas para veraneio vindos da região do Planalto. Eles chegavam em caravanas e acampavam próximos à praia e hospedavam-se em simples pousadas de viajantes. Logo o comércio voltado para o turismo segue com a abertura do Hotel Picoral, em 1915. A partir de então, a região descobre que por mais que o governo atrase obras de estradas ou a abertura de um possível porto marítimo<sup>18</sup>, a economia pode adaptar-se a nova demanda e ganhar nova propulsão. O comércio da temporada de veraneio passa a ser uma ativo na renda das famílias. A região de Arroio do Sal, como pertencente a Torres, também se beneficia das vendas de temporada e passa a receber algumas caravanas que acabam por decidir usufruir da paisagem antes do seu destino final à área urbana de Torres.

O segundo fator relevante nesse processo foi a falta de sal, devido aos problemas da Segunda Guerra Mundial, o sal que era fundamental para a conservação dos alimentos naquele momento, era necessário para qualquer carne para consumo próprio ou venda em comércio, que passou a faltar na região. Em busca de uma solução rápida e criativa, algumas pessoas se deslocam para a região de Arroio do Sal, que segundo o conhecimento da época era onde a água da costa marítima possuía maior concentração de sal, tentando, a partir da fervura de suas águas, obter o conservante. Torres (2011) descreve em sua obra:

As famílias vinham a pé ou e carros de bois (dependia de onde eram oriundos) e ficavam muitos dias acampados improvisados às margens do arroio, período que poderia se estender por até 30 dias, dependendo de fatores climáticos e da carga que poderiam levar de volta às

---

<sup>17</sup> Expressão popularmente utilizada para indicar pessoa nascida em país estrangeiro, no RS no geral refere-se a italianos.

<sup>18</sup> Em diferentes momentos houveram estudos para a instalação de um porto marítimo em Torres. O primeiro ainda durante o Império na segunda metade do século XIX. No século XX outras tentativas acontecem até cerca de 1932, quando a cidade decide investir mais na infraestrutura do turismo para fomentar sua economia e não em possibilidades econômicas incertas que se opõem a economia turística.



suas casas. Enquanto ferviam a água do mar em grandes caldeiras (de engenho de cana de açúcar) [...] aproveitavam coletar mariscos e desfrutar da pesca [...] é consequente que os primeiros moradores a fixar moradia em Arroio do Sal seriam alguns desses pescadores esporádicos. (TORRES, 2015, p. 101)

Assim, os primeiros moradores do balneário de Arroio do Sal, inicialmente eram famílias de regiões próximas que se deslocavam para o arroio de forma provisória e com o objetivo de extrair sal e mariscar e não estabelecer moradias. Entretanto, os períodos de estada nas margens do arroio foram prolongando-se e terminaram por fixar-se sobre terras que não eram suas. O que se complementa com o último ponto que destacamos anteriormente, é o falecimento de José Medeiros de Quadros, que possuía terras por ali. Sua viúva decide desfazer-se das terras em forma de loteamento.

Segundo os registros feitos nas crônicas de Marcia Farias:

José Medeiros de Quadros [...] possui uma grande extensão de terras às margens da lagoa dos Quadros, em Osório, onde mantinha internadas. Possuía também, por herança familiar, algumas terras à beira-mar, em Arroio do Sal, num trecho compreendido entre o que é hoje a av. Federal, atrás da Igreja N.S. de Lurdes, até a margem sul do arroio onde os 'da Lagoa' ferviam o sal [...] sua viúva, Inês Quadros, foi alertada por seu cunhado Manoel [...] que suas terras junto ao mar estavam sendo ocupadas por posseiros, de forma desordenada, e que já havia 70 ou 80 casinhas e rancho por ali. (FARIAS, 2009, p.50-55)

O número exato de pescadores ou posseiros envolvidos na formação do povoado é impossível de saber, pois não há dados oficiais sobre, assim como o principal motivo que levou a viúva a lotear as terras. Mas é fato documentado que em março de 1948, a prefeitura de Torres, firmou a existência do balneário de Arroio do Sal, e o nomeou de sede de um novo subdistrito. É na sequência dessa nomeação que Antônio Magnus, procurador da família Quadros, inicia a venda de lotes em ambos os lados do arroio.

Assim, retomando as informações históricas do dossiê entregue a Assembleia quando do pleito da emancipação para recompor o desenvolvimento do município:

Nos idos anos de 1938, existiam apenas dunas, areias e mato, além de pescadores que só vinham para cá na época do peixe e depois voltavam para suas casas, que ficavam distantes apenas 6 km. Numa destas pescarias, por volta de 1940, na época da segunda grande guerra faltou o sal e não existia nas redondezas, por isso eles pegavam a água do mar e ferviam até secar e virar sal, para salgar peixes e mariscos que existiam em abundância naquela época. Faziam isso à beira de um arroio que atravessava as dunas de areias com água corrente de boa qualidade, bem como lindas árvores que serviam de abrigo para os acampamentos. Por volta de 1944, surgiu a primeira choupana constituída com madeiras achadas à beira-mar e telhado de santa fé, na beira do arroio que originou o nome da localidade de Arroio do Sal, [...] Na década de 40, começou a ser habitado por pessoas que o procuravam como local de lazer [...] A medida em que os veranistas vinham para o Arroio do sal, em sua maioria de Porto Alegre, surgiam os chalés de praia. [...] casas vistosas, construídas com sólida madeira vinda da serra, transportada por canoas através da Lagoa Itapeva, e de carretas até o Arroio do Sal.[...] Mas a medida em que a praia ia evoluindo, era necessário providenciar a alimentação adequada para os veranistas, algo que fizesse com que se sentissem na cidade. Assim começou a evolução das quitandas para os veranistas, algo parecido como da horta para sua mesa, pois os próprios quitandeiros entregavam nas portas das casas as mais variadas frutas, verduras, leite e ovos, tudo fresquinho, colhido na manhã [...] Mas, para que o Arroio do Sal pudesse desenvolver mais rapidamente, foi necessário criar-se uma linha de ônibus, a

princípio da empresa Jaeger que fazia a linha de Santa Catarina a Porto Alegre uma vez por semana. [...] À medida em que Arroio do Sal evoluía no seu aspecto urbanístico, os meios de sobrevivência de seus habitantes, ou então o seu lazer, quase não foram substituídos, e é por isso que a pesca continua sendo um dos bons entretenimentos que o mar oferece. (HEEMANN, 1988, p. 20-21)

Portanto, é possível afirmar que de 1948, ano do loteamento oficial da sede do distrito, até 1988, quando do pleito de emancipação, pouco se modificou em relação ao que existia na dinâmica da população. Havia uma integração entre o núcleo da sede municipal, Arroio do Sal, com o núcleo fundador, Estância do Meio, pois, destaca a importância do transporte via lagoa para a construção das casas e da produção rural para alimentar os veranistas. A maioria dos moradores ainda se concentrava no entorno da lagoa, e o comércio com as outras margens da lagoa da Itapeva permaneceu, as características dos moradores fixos também, o que se abriu foi mais uma opção de mercado para os produtores locais com a vinda dos veranistas sazonais.

Segundo o dossiê, em 1988, a população da região era de 1.078 eleitores, ou seja, de habitantes com domicílio fixo no distrito, transformava-se em 14 mil habitantes quando contabilizados também os veranistas proprietários de imóveis, chegando a receber 50 mil pessoas na alta temporada de veraneio. Segundo os dados do censo do IBGE, Arroio do Sal chegou a 7.740 moradores no ano de 2010, assim a expansão populacional alcançada em pouco mais de 20 anos é mais de 80%.

Em análise sobre os dados de 2010, ainda é possível destacar que existiam 7.740 moradores fixos, 6.131 eram eleitores, sendo que se declaram naturais do local apenas 2.614 habitantes e 231 desses habitantes moradores da zona rural. Dessa forma, fica implícito que grande parte dos atuais moradores do município não fizeram parte da comunidade que se mobilizou pela emancipação e possui as características descritas no dossiê, pois os descendentes da comunidade que se mobilizou seriam os 2.614 habitantes naturais do local, que representam apenas cerca de 24% da atual população eleitora.

Para compreender as modificações culturais e étnicas sofridas nas características da comunidade é possível e necessário refletir de onde vieram os demais moradores: “Calcula-se que somente nesses imóveis alugados passam diariamente 2.000 pessoas, uma vez que nosso principal turista provém da região italiana de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, etc” (HEEMANN, 1988, p. 43). Os primeiros veranistas citados no histórico do município são da região de Porto Alegre, mas no período da emancipação já se destacam os turistas da região da serra. Muitos turistas passaram a proprietários de investimentos e a região do litoral passou a ser vista como uma opção de moradia para muitos aposentados. Fatores que se acentuaram pós-emancipação com a conclusão da Estrada do Mar no ano de 1990, que permitiu o acesso ao litoral integralmente em rodovia, sem a necessidade

de transpor nenhuma duna à beira mar para chegar aos municípios do Litoral Norte e à conclusão, no ano de 2007, da Rota do Sol, autoestrada que veio a ligar definitivamente os Campos de Cima da Serra ao Litoral Norte do Estado.

Assim, devido ao comércio estabelecido desde o século XIX entre os moradores da região do município de Arroio do Sal, com os descendentes das colônias alemãs, do entorno da Lagoa da Itapeva, e com os descendentes dos colonos italianos moradores de Cima da Serra desde os tempos dos tropeiros, foi consolidando-se uma rede de contato entre os grupos étnicos que hoje contribui para um novo perfil cultural entre os moradores de Arroio do Sal. Entretanto, se formos pensar para além do balneário sede e, em uma etnia que se constitui como comunidade, esta seria a dos moradores da Estância do Meio, que como vimos, estão na região muito antes da instalação das colônias alemãs e italianas. O questionamento que se apresenta é se os moradores da Estância do Meio podem ser caracterizados como representantes étnicos da cultura açoriana.

### 3 URBANIZAÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL

A partir do processo de emancipação em 1988, o agora ex-distrito de Torres, passou a investir na sua estruturação como cidade, para melhor atender seus moradores e fomentar a economia com o atendimento aos turistas. Passados 31 anos da emancipação, o aumento da população e a concentração de veranistas e novos moradores nos diferentes balneários, permitiu perceber uma acentuação nas diferenças culturais entre os núcleos de moradores e veranistas. Segundo os dados da Câmara de Dirigentes Lojistas do município, os veranistas e novos proprietários de casas de veraneio da cidade são massivamente da região serrana do estado, principalmente Caxias do Sul, devido ao fácil acesso oportunizado pela Rota do Sol. Leda Soares afirma que

A vocação do litoral é o turismo. [...] Muitas [pessoas veem] para estabelecer comercio no veraneio, outras para fixar residência. Muitos aposentados vão residir nas praias em busca de qualidade de vida. Essas pessoas trazem consigo as suas tradições e sua cultura. Atualmente, a cultura litorânea está muito diversificada. Está havendo uma aculturação. É importante para o novo habitante, o conhecimento da história do povo litorâneo, para que compreendam o seu comportamento e para que possam fazer projetos, enriquecê-los com sua própria cultura e executá-los com segurança. (SOARES, 2004, p. 507).

Sobre a afirmação de Soares provoca-se um ponto de reflexão sobre o que existiria de tradição e identidade local antes da chegada desses novos moradores com comportamentos e tradições próprias. Compreender o espaço que a identidade açoriana ocupa dentro do já estabelecido município é o que se pretende analisar este capítulo.

**Figura 7** – Pórtico de entrada do Município de Arroio do Sal



Fonte: Acervo da autora.

Como referido no capítulo anterior, o primeiro núcleo de moradores da região que hoje compreende o município, fixou-se no entorno da Lagoa da Itapeva, na Estância do Meio. Alguns eram

comprovadamente nascidos nas ilhas dos Açores, por conseguinte, representantes natos do conjunto que estamos denominando de etnia açoriana, o que é corroborado pela expressão no pórtico de entrada do município, Região Açoriana - como pode ser visto na ilustração acima.

E ainda, como vimos nos registros oficiais disponíveis, as famílias açorianas chegam na região na virada do século XVIII para XIX e sobrevivem em condições simples de subsistência. Segundo Pesavento (1993, p. 385), ‘memória social, assim construída, implica um processo seletivo, de textos e imagens, que ressalta conceitos dados e elimina ou desconsidera outros, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido’, os remanescentes desse grupo social talvez não tivessem interesse de nomearem-se dentro da identidade açoriana, assim como defende Hameister (2005) sobre ser uma escolha dentro de um discurso político que lhe era interessante.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (1995, p. 1941-1947) a nomenclatura está ligada à dialética entre as definições exógenas e endógenas de identidade. Segundo eles, os traços que constituem uma identidade étnica são atestados pelo fato de o próprio grupo denominar-se etnicamente (endogênica) ou pelo grupo ser denominado por outros (exogênica), pois em decorrência desta denominação o grupo passa a ser objeto de tratamento específico. Dessa forma, é possível que o grupo de povoadores inicial pode não ter tido o interesse de denominar-se como açoriano e os outros grupos étnicos, baseados na linguagem, que é um dos principais marcadores étnicos, convencionaram denominá-los como lusos.

Entretanto, ao analisar as atividades culturais existentes entre os moradores de Arroio do Sal fica mais evidente a influência de uma identidade açoriana, pois segundo Franzen (2002, p.167) na cultura do RS é possível encontrar diversas manifestações dessa influência, porém sendo mais percebida no folclore (danças, costumes-tradições-terno de reis, na época do natal), e quando explorada pelo turismo de festivais de música. No calendário de festividades municipais aparece entre os mais antigos eventos públicos: os desfiles de Carnaval, realizados desde antes da municipalização; a Festa do Pescador, que está na 17ª edição ocorrendo bianualmente; e o Rodeio Crioulo, que realizou sua 29ª edição no ano de 2019. Estas três festas confirmam a afirmação de Franzen quando pensamos que o Carnaval tem sua origem vinculada às tradições religiosas, a pesca que se remonta a toda a tradição dos povos ligados ao mar - os açorianos são insulares, e o rodeio, que entrelaçado com o CTG (Centro de Tradições Gaúchas) local, difunde tradições nascidas junto à cultura açoriana e foram incorporadas à cultura gaúcha. Dessa forma, existiria uma identidade açoriana latente ao município que pode não ser nomeada tanto pela própria distância cronológica da migração açoriana quanto por ter havido interesse de definir-se uma fronteira étnica até recentemente.

Para compreender se há uma identidade açoriana instituída no município e qual é o espaço que as tradições açorianas ocupariam no mesmo, serão utilizadas as informações colhidas nas entrevistas orais realizadas com alguns moradores da região. Foram entrevistados ao todo 8 moradores com mais de 60 anos, sendo cinco moradores da localidade da Estância do Meio, dois do Balneário Rondinha e um de Arroio do Sal. As perguntas focaram o registro de como era o cotidiano desses moradores na sua juventude nessa região, dando destaque ao rememorar de práticas que viveram, e que atualmente se extinguíram ou que são raramente vistas. Buscou-se também depoentes com idade mais avançada, que tivessem vivido o processo de emancipação em idade adulta, e pudessem ter memórias do período anterior ao afluxo do grande número de turistas serranos que levaram as suas tradições para o município. Outro critério importante foi a ligação dos depoentes com o principal símbolo da Estância do Meio, a igreja. Isso porque, como citado anteriormente por Franzen, a forte representação da cultura açoriana no litoral dá-se através do Terno de Reis, na época do Natal, que é uma tradição religiosa católica. E, segundo as crônicas de Farias (2009, p. 328-329), existem grupos de Terno de Reis na Estância do Meio desde a década de 1930.

### **3.1 Tradições Luso-açorianas**

Há algum tempo, diferentes pesquisadores registram a influência da cultura açoriana pelo RS, sendo que alguns identificaram reproduções iguais aos ritos realizados nas Ilhas dos Açores, e outros, às mutações locais dessas manifestações, sem perder a essência das tradições açorianas.

Ao realizar a coletas, dos depoimentos foi possível traçar um perfil para as tradições na comunidade de Arroio do Sal, o que converge com as ideias de Lacerda, quando esse afirma que:

Resgatar uma identidade perdida no tempo e na memória, mais que um resgate da origem, trata-se de ressaltar aqueles laços e valores que fazem essas pessoas se reconhecerem mutuamente como identificados em comportamentos comuns. Aqui, deixamos de lado os traços psicológicos e também os genealógicos, diria a qualquer um que faça contato com os açoriano-brasileiro, perceberá entre uma forte vivência da religiosidade popular, marcada pela circulação de elementos sagrados, profanos e mágicos e pela profusão de ritos de visitação e procissão um tipo de sociedade fortemente ancorada nas relações de parentesco, afinidade, solidariedade, dependência, compadrio e clientelismo; uma ética complementar do trabalho familiar em que homem e mulher detém seus próprios campos de poder a assumem identidades singulares (LACERDA, 2002, p.177).

A afirmação de Lacerda pode ser verificada no próprio modo que ocorreram os agendamentos das entrevistas. Elas foram realizadas ao longo de uma única semana no mês de setembro de 2019, com exceção da última que ocorrem no mês de outubro, durante uma reunião para uma festa religiosa que ocorreria na igreja local. Todos os entrevistados, apesar de sentirem-se surpresos pelo pedido da

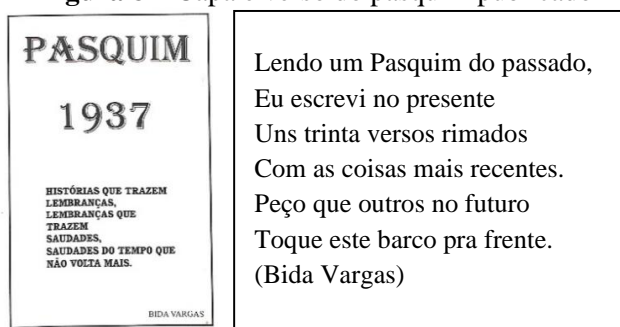
entrevista, foram receptivos e ficaram satisfeitos em participar quando foi colocado que a proposta era de registrar a comunidade da Estância do Meio, como um dos berços de Arroio do Sal, e que a pesquisa partia de uma pessoa com a qual eles conseguiam estabelecer relações distantes de parentesco e compadrio. A fronteira de identidade étnica da alteridade do *nós/eles* de Poutignat e Streiff-Fenart (1995, p. 152 -160) foi por diversas vezes exaltada em todos os depoimentos.

A escolha dos depoentes deu-se através de um primeiro contato com dois moradores que cantavam Terno de Reis. Sendo o primeiro morador do Balneário Rondinha, Arthur Martins de Oliveira, e o segundo, morador da Estância do Meio, muito conhecido no município por ter sido prefeito em três mandatos, José Cardoso de Vargas. A partir deles foram entrevistados outros três homens e três mulheres.

Acredita-se que os depoentes representaram uma significativa amostra da comunidade fundadora, pois, ao final da série de entrevistas, ao analisar as informações genealógicas oferecidas por ele, foi possível traçar relação familiar direta entre seis depoentes (laços de casamento) e indireta entre todas (compadrio), retrocedendo em até três gerações para tanto. Outro elemento que contribuiu para elucidar como os depoentes representavam a comunidade fundadora foi a relação deles com o livreto “Pasquim de 1937”.

O “Pasquim” foi reproduzido e distribuído entre amigos e frequentadores da Estância do Meio, ele não existe como livro registrado. Foi o resultado do desejo de “Bida” Vargas (João Carlos Cardoso de Vargas) de perpetuar memórias através da escrita de versos em um novo pasquim após ele reencontrar em seus guardados um destes livretos escrito em 1937 de autoria desconhecida.

**Figura 8** – Capa e verso do pasquim publicado



Fonte: Acervo da autora.

O verso acima transcrito, que reconta o porquê deste pasquim, foi editado com os demais da sua sequência em livreto e agregado ao original de 1937. De autoria de Bida Vargas, o verso narrava uma carreira de cavalos, entre um cavalo vermelhinho e uma égua malacara ocorrida na Estância do Meio, naquele ano. Ao longo dos versos, diversos moradores da região são citados e caracterizados. Tal pasquim foi citado pela maioria das entrevistados por diferentes motivos, mas a produção de versos

em rima contando e ironizando anonimamente acontecimentos locais, em todos os depoimentos foi exaltado como algo corriqueiro na região, assim como o fazer verso.

A senhora Maria da Glória, conhecida como Rola, 88 anos, demonstrou grande alegria ao citar o pasquim redistribuído, pois um dos personagens do acontecimento registrado ali era seu pai. Ao falar daqueles que se destacavam na escrita de pasquim e na produção de versos ela retratou o cotidiano de um baile da época:

[...] era repentista botava verso na hora. No baile. Era dançando uma valsa [...] ia formando os pares. Um dizia um verso, rodava de novo e dizia outro verso. A minha sogra era repentista, na hora ela contava o verso dela. (Depoimento de Maria da Glória Mota Vargas)

Segundo a senhora Maria da Glória, ter pensamento rápido e produção de versos de qualidade era algo muito admirado na comunidade, tanto que eram feitos desafios durante as danças, em meio ao bailar da música, os casais desafiavam-se na produção do melhor verso. Diferente do anonimato do pasquim, no baile ficava evidente a todos quem sabia fazer verso de qualidade. Cada entrevistado deu uma diferente autoria para os versos de 1937, mas todos o usaram para exaltar a admiração pela qualidade do verso de improviso, do pensamento rápido e dos encontros divertidos que aconteciam na Estância do Meio.

O senhor Celestino Faustino Pereira, conhecido por Cilo, 88 anos, nasceu na localidade do Santo Anjo, hoje pertencente a Três Cachoeiras, filho de Faustino João Pereira e Ana de Vargas Pereira. Sua mãe e avó, Thereza Pacheco, são “catarina, lá de Laguna, Garopaba”. Sua mãe era prima do Laurindo Vargas morador da Estância do Meio. Apresentou suas memórias sobre os bailes que frequentou nos salões da Estância, pois foi posteriormente que os bailes passaram a fazer parte das festas religiosas:

Aqui na estância tinha umas festas boas, hoje em dia ainda dá. Aqui [na Estância do Meio] é bom de festa! Naquele tempo não era da igreja, os bailes da igreja foram de uns tempos para cá, porque antes não tinha baile, era novena de noite e almoço no outro dia. Tinha os almoços com leilões, os arremates de gado ou galinha, de massa de boizinho, essas coisas assim. [Massa de boizinho] é fazer um pão, pão de trigo, desenhar em forma de um boi, de uma boneca... e fazia o leilão. [...] Outros davam galinha, outros davam porco, outros davam uma rês e assim fazem o leilão. [...] No baile de noite tinha galinhada, arroz com galinha... [...] quando faziam baile, não era de sociedade, que tu tem entrada, que pagava e ia dançar, [...] na Estância do Meio tinha um salão de baile, o dono ganhava a vida fazendo baile, vendendo cerveja, e café, e pão e paçoca de carne, galinhada, paçoca de galinha... (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)



Seu depoimento demonstra a fama dos bailes da Estância entre os moradores do entorno da lagoa. Além disso, ele retrata uma tradição açoriana, a produção de ex-votos de massa<sup>19</sup>, no caso para serem revertidos em valores para a igreja através do leilão. O senhor Celestino, juntamente com a senhora Benta Medeiros, 89 anos, ao descrever o artesanato realizado na região, traçam uma linha de continuidade com o que foi percebido e descrito por Saint-Hilaire sobre a paisagem:

Tirava a palha do butiá e tecia em tranças. Depois da trança a minha vó e a minha mãe faziam chapéus, tinha, tem uma forma, como se fosse a cabeça, e teciam ali. [...] Fazia a copa depois a aba[...] é uma coisa, vai enfiando por dentro da beiradinha da trança[...] E vai ajeitando, né. (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

Nós trançávamos butiá, eu trançava muito, não sabia porque, gostava. [...] Cortávamos as folhas, ainda não podia ser aquelas velha nem as novinha para não estragar o butiazeiro, para vir outras. E aí botávamos no sol, para secar e de noite recolhia para casa, botávamos ali três dia de sol bom, até ela ficar branquinha, aí a gente fazia a trança. [...] Todo mundo fazia porque precisava. [...] Os butiás, lá no pai tinha muito, a gente tirava nos butiazeiros e até vendia para outros que não tinha as folhas. [...] Porque algumas são mais compridas e algumas as folhinhas são muito pequenas rende menos. Nós fazíamos [a trança] e costurava o chapéu, tinha uma forma, costurava aqui e, fazia aquele miolinho, pregava de taxa naquela forma e costurava, costurava, fazia a copa, depois abria e fazia a aba. A mãe do João Dias ia em Torres porque ganhava mais um pouquinho, lá pagavam mais. (Depoimento de Benta Medeiros de Mattos)

O senhor Arlindo Cardoso de Oliveira, 79 anos, reconta uma história muito conhecida na Estância do Meio, que envolvia o salão de baile sobre o “tio Bibica”, pai da depoente Maria da Glória. Com esta história ele acaba por reforçar as conexões que existiam entre os moradores do entorno da Lagoa da Itapeva.

Meu pai foi lá pro Lageado, que era Descanso na época o nome. [...] Aqui logo ali na frente, Três Cachoeiras, para quem entra pro Morro Azul, logo ali na frente [...] No dia que ele voltou ele estava vindo embora de lá com um enterro, um velório [...] morreu [um homem] lá que era cunhado desse tio Bibica, botaram lá na canoa de madrugada [...] chegaram pro velório e tinha baile no tio Bibica. [...] mais ou menos em 1915.

Na sua fala, o senhor Arlindo o termo “logo ali na frente” para se remeter ao outro lado da lagoa, pois a entrevista foi realizada na sua casa, construída ao lado do local onde era a casa de seu pai, na beira da Lagoa Itapeva, na margem pertencente a Estância do Meio. Assim, ao dizer “logo ali” sobre a saída de seu pai, ele está dimensionando a distância de três quilômetros de largura da lagoa e não os cinquenta quilômetros de autoestrada utilizados hoje neste mesmo deslocamento.

O senhor Arlindo, nesta fala também traz a primeira informação relativa aos ritos fúnebres locais, e juntamente com outros depoentes, desvelam mais da cultura açoriana local: o uso da eça –

---

<sup>19</sup> Ex-voto é o presente dado pelo fiel ao seu santo de devoção em consagração, renovação ou agradecimento de uma promessa. No caso eram feitos usando pão para serem leiloados

taboa para depositar o corpo durante o velório, a reza das exéquias pelo terço cantado e a realização do rito da coberta d'alma. Esse é um rito que consiste em apresentar alguém com uma roupa do finado, que deve vesti-la em uma celebração religiosa, como a missa de sétimo dia, em sua honraria para que a alma do falecido descanse em paz.

Tio Mané Fernandes, ele usava quando morria alguma pessoa né, no velório ele usava reza, aquele terço cantado. :/Poe essa alma que vai para glória [...] que vai para glória do bom Jesus. /: [...] Fazia eça [...] uma caminha assim que botava o morto. (Depoimento de Lídia Otília Medeiros de Freitas)

Lembro da coberta d'alma do falecido meu pai que foi dada [...] pro compadre dele. [Quem recebeu foi o] Joaquim, o tio Dino. [...] na coberta d'alma, eles rezam um terço de sétimo dia, né. E ali eles dão a roupa. Toda a roupa pra aquela pessoa vestir. No terço a pessoa vai com aquela roupa. Missa ou terço. [...] Escolheu [o tio Dino] porque eles eram compadres e muito amigo também. Ficava sempre aquela pessoa como que fosse da família. [...] Eu vi a do meu pai, a do Aurêncio (marido). [...] isso era uma coisa antiga que vinha com os mais velhos e a gente continuava a fazer. (Depoimento de Maria da Glória Mota Vargas)

Tão comum, geralmente tirava um pedaço da casa [...] um pedaço de repartição da casa ou de repente do forro e fazia o caixão [...] enquanto velando o morto ali na eça [...] na casa ali que morria. Na eça, eci, não sei como é o nome [...] no jirau ali que fazia com os bancos [...] botava o morto ali em cima, ali tapado com o lençol.[...] fazia as encomendação em casa [...] fazia o terço cantado [...] eu ainda vi muito.[...] o tio Déca era um dos cantador. Tio Antônio Vargas, todos eram cantadores do terço cantado [...] esse terço era tradicional do cemitério nos finados [...] era cantado o 'nono em silêncio'. [...] o meu pai se viu atrapalhado que foi chamado na Bom Jesus pra fazer uma reza dessas de oito dia [...] sete, oito dias que a pessoa tinha morrido [...] já era pra entrega a coberta d'alma. Nem era coberta d'alma, era d'arma. E ele contava isso, que ele nunca tinha feito, foi chamado e exigiram nessa hora da coberta d'arma, que era pra chamar o que morreu: fulano vem vestir a roupa não sei como é que era...mais ou menos era para passar pro outro. Sempre um parente uma pessoa da família. [...] sei de guria que vestiu a coberta d'alma e passa a filha da família, a chamava de mãe. (Depoimento de Arlindo Cardoso de Oliveira)

Os depoimentos foram complementando-se ao relatar diferentes experiências de velório e coberta d'alma. O uso da eça deixou de ser habitual quando chegaram os caixões industrializados, pois era comum seu uso enquanto amigos usavam as tábuas disponíveis, geralmente uma divisória das casas, para produzir um caixão para o falecido.

Os ritos funerários rememorados pelos depoentes foram também registrados por Marques na obra *Contribuições Luso-Açorianas no Rio Grande do Sul* (2002):

O corpo do extinto era colocado na *ecia* – tábua escorada em duas cadeiras – cercada por quadro velas. [...] Quando os familiares do finado sonham que ele está com fome ou de boca aberta, fazem uma iguaria que era preferência do falecido e a oferecem a um vivo. [...] O canto fúnebre das Excelências em velórios. (MARQUES, 2002, p. 20-21)

O 'tio Déca' foi descrito como o detentor dos conhecimentos da reza do terço cantado. Com seu falecimento abriu-se uma lacuna que tentou-se suprir pelo pai do senhor Arlindo, mas esse, assim

como os demais, não sabia por completo como era feita a consagração d'alma. A depoente Maria da Glória, que é viúva, realizou-a para seu marido há cerca de 40 anos. E o senhor Arlindo, por ser de sua personalidade, imitou como falava-se na época, (d'arma). Era comum usar o 'r' no lugar do 'l' na pronúncia. O mesmo faz senhor Manoel Martins de Oliveira, 70 anos, nascido no Santo Anjo da Guarda (Três Cachoeiras), e atualmente morador do Balneário da Rondinha: também passou pela experiência da coberta d'alma:

Eu cheguei a vestir a roupa duma criança quando eu era pequeno... tu tinha uma pessoa que era muito amigo, era conhecido assim... e tu dava uma roupa pra aquele, pra aquela pessoa usar, era a "coberta d'Arma"... [...] Eu vesti de um gurizinho lá de Santo Anjo, [...] eu chamo a mãe dele de minha madrinha, e ela me tinha como um filho toda vida, né... Era um gurizinho que era da minha idade lá da gente de Santo Anjo... [...] Eu chamava eles de padrinho e eles me tinham que nem um filho toda vida, a avó desse guri era madrinha dele, e me dava páscoa toda vida, todo ano... (Depoimento de Manoel Martins de Oliveira)

Assim como a menina mencionada pelo senhor Arlindo, o senhor Manuel passou a considerar os familiares da criança por quem vestiu a coberta como sua família. E a família passou a considerá-lo, dentro do possível, no lugar da criança falecida.

Como o "tio Deca" citado era morador da região da Itapeva e o senhor Arlindo afirma que seu pai foi no Balneário da Bom Jesus rezar o terço, e o senhor Manoel morava no Santo Anjo da Guarda (Três Cachoeiras) a distância entre essas localidades passa de 40 quilômetros, demonstrando que era algo difundido por toda a região.

Outra tradição que apareceu em diferentes depoimentos como algo difuso em torno da Lagoa da Itapeva foi a festa do Divino Espírito Santo.

Tinha as bandeiras antigamente saía uns caras lá de Santa Catarina cantando com a bandeira, com uma pomba do divino naquela bandeira, né... e saíam a cantar nas casas. [...] E cantavam aqui, daqui cantavam lá noutro, visitando as casas e tinha um cara com violão que eu conheci muito ele... Vitorino, o falecido Vitorino era bom de violão e bom de gogó. (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

E naquele tempo tinha umas bandeiras que vinham de Torres, cantavam assim e pediam pro Divino Espírito Santo [...] pois a festa era em Torres[...] vinha, passava por aqui cantando e pedindo, pedindo, angariando [...] pois vinha até os tambores, vinha às vezes esses tocadores de violão, cantava, tocava. Ah, a minha vó Esperança quando via chorava tanto, taaaanto que nem sei, e esperava e abraçava na bandeira e chorava. (Depoimento de Benta Vargas de Medeiros)

Em todas as falas, a bandeira foi descrita como vinda de outras paróquias em visitação à região, e todos sabiam como se portar quando a avistava ou recebia em sua casa. Essas memórias exemplificam o que foi registrado por Paixão Cortes sobre as tradições açorianas religiosas no RS, ao descrever a representatividade da visitação da bandeira nas festividades do Divino Espírito Santo:

Quando a bandeira antiga dos foliões era, na verdade, enternecedora. Quando a bandeira penetrava nos sertões, eram então, mais tocantes as cenas. Num lar paupérrimo, por exemplo, a família que nada tinha para dar, oferecia lágrimas, mas aí o festeiro, em lugar de receber, dava esmolos. (CORTES, 1983, p. 29-40)

Dentro da simbologia da festa, a bandeira fazia a visitação em busca de donativos para dividir com os mais necessitados, mas, por vezes, ao visitar uma casa simples que necessitava de ajuda, o que recebia eram lágrimas por não terem sido esquecidos. Entre o período recomposto pelo depoimento da senhora Benta Medeiros e a passagem de Saint-Hilaire, quase cem anos havia passado, mas fica evidenciado que as condições dos moradores da região continuavam muito simples.

**Figura 9** – Irmãos e pais de Arlindo recebendo a Bandeira do Divino, via lagoa na década de 1950.



Fonte: Acervo de Arlindo Cardoso de Oliveira

A relação dos moradores da região de Torres com os moradores da região do Estado de Santa Catarina volta a ser referenciada quando é explicado o porquê de existir grupos de Ternos de Reis dentro da colônia alemã de Dom Pedro de Alcântara:

Trazido pelos portugueses, Terno de Reis foi imediatamente aceito pelos colonos alemães. Era sempre muito esperado com muita ansiedade. De 25 de dezembro até 6 de janeiro, era rara a noite em que não se ouvia por todos os quadrantes da Colônia a cantoria dos Reis principalmente a voz do tipé (tiple) que cantava acima de todas as últimas palavras da estrofe. (SELAU, 2005, p.78)

Além de pontuar a diferenciação étnica da origem da tradição, Selau seguiu afirmando que quem introduziu os Ternos de Reis na Colônia foi o padre Jorge Anneken (2005, p.79), pois os padres atendiam as diferentes comunidades independente da etnia predominante. Foi uma tradição açoriana bem aceita entre os colonos alemães católicos, pois em cada localidade podia agregar características próprias sobre a tradição.

O Terno de Reis era famoso pela capacidade de improviso do mestre [...] A toada (música de reis) era cantada em três tempos diferentes. A toada de 6 tempos, era muito comprida e monótona. A toada de 4 tempos a partir de 1940 foi padronizada, pois a de 2 tempos era a usada pelos ternos de Santa Catarina que excursionavam pela Colônia o que deixaram de fazer por volta de 1930. (SELAU, 2005, p. 83-84)

A qualidade do improviso do mestre, assim como o ritmo da toada são pontos de diferenciação nos grupos. Nos estudos de Paixão Cortes (1983) sobre a cultura açoriana, ele afirma que é necessário compreender as diferenças que existem na Folia e no Terno de Reis:

Existe, entre a Folia e o Terno de Reis, uma certa semelhança, não sendo raro encontrarem-se versos, comuns as duas festividades. [...] podemos classificá-las como religiosas e profanas. As primeiras são aquelas que, no seu conteúdo, mantém bem vivo o motivo cristão. As profanas, são as que fogem ao tema religioso. (CORTES, 1983, p. 39)

Todos os depoentes possuíam memórias ligadas ao Terno de Reis em maior ou menor intensidade, mas todos sabiam da existência de diferentes tipos de ritmos nos ternos, e destacaram que aquele do qual participavam era de Ternos e não de Folias de Reis. Como o explicado por Cortes, o terno mantém-se dentro das características da fé católica, para eles é mais que uma visitação em serenata de amigos, é vivência religiosa. As senhoras Lídia, Benta e Maria da Glória tiveram os maridos e pais como cantadores. Já os senhores Arlindo, José, Artur, Manuel e Celestino participaram de ternos. Cada um deles rememorou situações diferenciadas que recontam sobre o tema no município de Arroio do Sal.

No final dos anos de 1990, houve um terno que ficou muito conhecido no litoral norte do RS, o Terno de Reis Vargas, porque, além de ser uma família da região com muitos descendentes, eles costumavam apresentar-se nas igrejas durante as missas.

Na igreja o nosso Terno de Reis da igreja é mais bíblico os versos... E quando é nas casas é mais é verso mesmo, para as pessoas, para os donos da casa. [...] [Na igreja] Nós cantamos na entrada, no ofertório e na saída. [...] quando dá um Terno de Reis na igreja, a igreja fica que nem dá pra entrar. [...] Eu tenho um conhecido meu [...] (a filha) ela, quando tem Terno de Reis ela diz assim 'parece assim que a noite ficou mais bonita' ... ela não perde isso, mas não adianta... [...] o padre no fim disse que nós íamos cantar na igreja, o padre achou que a missa ia ficar muito comprida, não sei o quê...desanimou. Terno de Reis pode ser de manhã, pode ser qualquer hora, sendo na época, né... [...] nós cantamos essa missa ali era 9 horas da manhã. (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

O senhor Celestino, um dos componentes do Terno dos Reis Vargas, primo em segundo grau dos demais cantadores, retrata que quando cantado na igreja o terno usa apenas três versos, e em momentos específicos da cerimônia, pois apesar de aguardado pela comunidade há algumas dificuldades sobre sua aceitabilidade: o padre responsável pela cerimônia tem que aceitar a sua realização, por não ser comum dentro das igrejas.

**Figura 10** – Apresentação do Terno de Reis Vargas em igreja, década de 1990 – Da esquerda para direita: José Vargas, Ediles Vargas, Bida Vargas, Celestino Pereira, Vinícius Vargas e Salete Vargas.



Fonte: Acervo de Celestino Pereira

A adaptação feita pelos Vargas para a missa é uma versão muito reduzida da estrutura comum da sequência de versos dos ternos. Pois, os versos são baseados na passagem bíblica de visitação dos Reis Magos ao Menino Jesus. Assim, são feitos versos iniciais de apresentação, de chegada do grupo à casa, depois um anúncio em que o grupo traz uma mensagem cristã, convida a família a abrir a porta e a aceitar essa mensagem. Depois, já dentro da casa são feitos versos de comemoração pelo nascimento do Salvador e, por último, os versos de saída agradecendo a acolhida da família ao grupo e de sua mensagem. O número de versos para cada uma das passagens vai variar pela criatividade do Mestre, e não se espera que na primeira solicitação de abertura da porta isso seja feito, para o que Mestre possa criar versos suficientes para contar toda a passagem bíblica.

Ainda sobre as toadas, o senhor Celestino lembra do maior número de toadas diferentes, incluindo uma de sua infância que tinha por Mestre uma mulher. O senhor Manoel comentou as diferenças que percebe nas toadas dos ternos, tanto na musicalidade quanto nas letras. Em sua fala ainda é possível compreender a importância da qualidade do Mestre em fazer os versos e dos que recebem o terno conhecerem as etapas do mesmo.

[...] aqui os Vargas já pegaram outra toada um pouco diferente do nosso... Santo Antônio é totalmente diferente é por região... [...] a gente tá cantando numa casa, às vezes tá puxando uma parte meio religiosa quando chega na parte de pedir para abrir a porta o pessoal não abre e o cara já tem que ir inventando coisa dali pra frente, né... (Depoimento de Manoel Martins de Oliveira)

Aqui antigamente tinha uma porção de tipo de Terno de Reis aonde tinha um que era de uma mulher, dizia... o Terno de Reis da Coca. [...] mas é Terno de Reis dela era diferente dos

outros[...] E nosso também, não é o Terno de Reis, a melodia não é como se diz, ela não é esticada como são os dos mais antigo... [...] O da Coca, esse daí a minha mãe que sabia, eu não me lembro mais. Era lá do Santo Anjo. Ela que era o mestre era a dona do terno! [risos] (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

O senhor Celestino, que participou de diferentes Ternos, com diferentes toadas, guarda muitas memórias do tempo que cantou com o terno da família Vargas, pela sua qualidade e destaca um reconhecimento que lhe foi muito importante:

Nós cantemos de 83 a 2008. Nós fomos lá [em Tavares] isso era uma festa dos Terno de Reis, aonde ia uns quantos Terno, tipo de Terno de Reis, e lá quase foi toda essa turma que cantava um só... e apresentava era o Paixão Cortes. Foi em 90 e....94...93... olha, não sei te dizer, mas de 90 pra mais. De 94, de 95 por aí.[...] Era a como que se diz... temporão é...[...] era uma apresentação de Terno de Reis [...] E aí nós fomos, mas não podemos concorrer com eles [...] Não, o [nosso] sistema de Terno de Reis era outro, o nosso era muito sofisticado já [risos]! Aí o Paixão Cortes de noite, no hotel, pediu para nós cantarmos um verso para ele. Cantamos o verso e ele disse assim: ‘olha, eu até fico muito admirado com o Terno de Reis de vocês é bom demais, não dá para concorrer com esses daí’[risos]! (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

A senhora Lídia Otília Medeiros de Freitas, 84 anos, lembra de uma travessura na sua infância e o senhor Manoel reforça como eram esperadas as apresentações e admirados pela vizinhança:

Tinha muitos que esperavam. Gostavam de fazer doce pra recebe. Uma vez estava cantando ali [...] diz que vinham aqui pra casa, mas já estava clareando o dia, e eu me levantei e fui lá para a cerca escutar. As casas eram pertinho. E eu fui lá para cerca escutar. (Depoimento de Lídia Otília Medeiros de Freitas)

É porque tinha muita gente naquele tempo que gostava, todo mundo gostava... meu pai teve uma época que ele não cantava mais com os irmãos dele... que eles iam ensaiar o Terno quando viam tinha umas cinquenta pessoas na volta... aí eles disfarçavam e iam embora... para poder sair só os quatro. O Terno muito grande era ruim para ir numa casa é o máximo oito pessoas, ... quando via tinha na volta quarenta, cinquenta pessoa...então, eles disfarçavam e saíam...aí outras vezes dividia... outros faziam outros Terno e saía para sair pra outro lado, porque que gostavam também, né... gostavam, só nunca cantavam sozinhos...acompanhava aqueles que já tinha... daí foi se espalhando... (Depoimento de Manoel Martins de Oliveira)

Nos depoimentos, por vezes é reafirmado que a visitação acontece para amigos, que existe uma cumplicidade fraterna de desafiar os Mestres para fazer versos e rimas, que o Terno também é uma forma de presentear os amigos com uma surpresa no período do dia de Natal, vinte e cindo de dezembro, até o Dia de Reis, seis de janeiro. Existe uma admiração para com aqueles que constituem um grupo. Entretanto, a cumplicidade entre os cantadores e os donos da casa e vizinhos ou a vontade de fazer uma surpresa pode gerar imprevistos:

Do dia 25 ao dia 6 nós cantava quase toda a noite. É para sair de casa a surpresa, tinha alguém que pedia para avisar quando ia, mas nós não avisávamos... não tem graça, porque daí vai cantar uma coisa, vai cantar o cara já tá esperando...[...] a gente não avisava... alguma vez a gente deu umas rata, mas não tem importância isso daí [risos]. Cantamos para os donos da casa, cantamos para abrir a porta, cantamos para acender a luz, graças a deus que eu já vi

nessa casa luz [risos]. Vai cantando, vai fazendo verso e vai cantando. Ah, quando tem um... quando o dono da casa gosta de judiar do cantor... é uma hora... uns 40 minutos mais ou menos só para entrar. Só cantar na rua [risos]... às vezes, tem uns que abrem só uma frestinha da porta e fica só chuleando o verso. E o cara dele a cantar, cantar e cantar... [...] quem é bom versista não se aperta. Quem é bom versista tira um verso e enquanto tu tá cantando aqui, ele cantou, ele já tá com outro, dois prontos, feito já na mente. (Depoimento de Celestino Faustino Pereira)

Não aconteceu comigo, mas com o meu irmão e meu pai aconteceu, de eles irem cantar numa casa, cantaram muito tempo, não abriram a porta daí eles já estavam tirando verso que iam se retirar... que o vizinho veio e avisou eles que os donos não estavam em casa. (Depoimento de Arthur Martins de Oliveira)

A gente canta às vezes para uns estranhos também que às vezes pedem... que tem muito veranista que gosta disso aí... então, pede para gente cantar para eles... [...] Gente de Porto Alegre que tem casa aqui no verão, né...no tempo do Reis... então, tão por aí e pedem para gente cantar pra eles. [...] já tem uns caxienses também [...] [mas a] maioria é de Porto Alegre. [...] Areias Brancas e Arroio do Sal já não tem mais quase lugar para eles então... (Depoimento de Manoel Martins de Oliveira)

O senhor José Cardoso de Vargas, que tinha com outros de seus irmãos, em Arroio do Sal, o Terno de Reis Vargas, explicou como surgiu seu terno e o porquê da qualidade musical:

[Os cantadores] eram os meus irmãos mais velhos, meus primos mais velhos, e eles iam nas casas. [O pai] ele conhecia e até gostava, mas ele não cantava. [...] mas essas cantorias, sabem quem é que tinha uma veia de muito cantor, era os Cardoso, não era os Vargas. Era a mamãe [...] nós também tínhamos uma criatividade digamos assim, que na medida que nós já sabíamos mais ou menos alguma coisa, e sabia como é que era o ritmo, a melodia e tal ... Como nós tínhamos alguma facilidade com música. [...] fomos também aprimorando, aprendendo de fato. Porque o Terno de Reis, eles falam muito em escrevê, mas não tem muito que escrever, porque ele é de improviso, nem todos os lugares o nome da dona da casa é Maria [...] e a gente bota verso pra dona da casa... [...] Como isso é música, é também poesia. Então também não é todo mundo que sabe fazer, não é uma questão de querer. (Depoimento de José Cardoso de Vargas)

Na fala José Vargas expõe importantes elementos dessa tradição: a continuidade dentro da sua família (irmãos e primos) e alguns elementos étnicos ao enfatizar a descendência dos Cardoso, que por questão geográfica pode ter relação direta com os açorianos registrados como proprietários de terras na região. Além disso, sua fala destaca a qualidade do exercício da rima criativa, que na localidade fosse num pasquim ou, em meio a uma dança, era um hábito incentivado entre a comunidade.

Sobre a tradição dos Ternos de Reis, todos os entrevistados alegaram estar havendo pouca continuidade. E os Mestres colocam que acima da qualidade instrumental ou vocal está a necessidade de ser criativo e ter coragem de se expor ao desafio como uma barreira para haver a continuidade da tradição:

É difícil porque muitos não guardam verso pra decorar um Terno de Reis e cantar. E muitos não sei se eles não têm criatividade ou não se acham com coragem, tem medo de chegar na



frente da casa na hora, porque tem que ser enquanto a segunda dupla está cantando, o mestre já tem que está com o verso tirado na cabeça para começar a cantar. Então, como é uma coisa muito rápida, tem alguns que não se acham com coragem. Então, por isso que acabou, porque uns que eram mestre faleceram, então por enquanto está eu e o meu irmão, que nós achamos com coragem de tirar verso, então a gente não é um mestre assim que, como é que eu vou dizer...um... gênio...fora de série, mas a gente tira uns versinhos que dá para gente continuar a tradição... (Depoimento de Arthur Martins de Oliveira)

O senhor Arthur continua a comentar sobre a ausência de novos cantadores na região e o fato de no Terno dele estar um dos cantadores mais jovens:

Os mestre faleceram, os que acompanhavam os Terno de Reis naquele época...a maioria também faleceu e daí eu não sei... como explicar, mas a juventude, pessoal mais jovem não tá se interessando pelo Terno de Reis, então os poucos que restam e cantando são daquela geração mais antiga... são filhos dos antigos mestres que ainda tão acompanhando, que aqui no nosso caso aqui na praia, aqui tem um caso que eu acho que...é em poucos lugares que isso acontece...que tem um...inclusive o que faz dupla comigo pra cantar o Terno de Reis é um guri novo... [...] também começou a cantar com o pai dele [...] era filho desses mestres que já faleceram... (Depoimento de Arthur Martins de Oliveira)

A tradição dos Terno de Reis foi a principal tradição identificada entre os moradores da comunidade da Estância do Meio e seus descendentes como ainda reproduzida, mas há temor entre eles pela sua descontinuidade. Todos os depoentes também reconhecem a produção de rimas/versos ou o rito funerário da coberta d'alma como algo ancestral aos moradores do local, mas não de uma cultura açoriana. Para eles, as Excelências e a coberta d'alma era algo presente na memória, mas não mais praticado, pois como falou Maria da Glória “coisa dos tronco antigo”.

Ao serem questionados diretamente sobre sua descendência nenhum dos depoentes afirmou ter descendência luso-açoriana, no máximo remeteram-se aos portugueses. Tanto que a esposa do senhor Arlindo cantarolou a música “Portuguesinos”, escrita pelo compositor arroio-salense Clóvis Oliveira no ano de 1993. No terceiro estrofe ele escreve: “Nessas canoas repousam lembranças/Vieram vindo para cá muitas famílias/Trazendo malas de vontade de vencer/ e outras mais lembranças de outras ilhas”. Apesar de haver uma direta referência aos Açores, para eles não há essa compreensão, a identificação ocorre somente sobre a memória recente que eles menos viveram do uso das canoas. A recuperação da identidade açoriana funciona como uma etnogênese, pois uma identidade étnica é de um certo modo criada ou inventada continuamente alimentando-se de uma memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente e pode nutrir-se de lembranças de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhado (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.165).

Outro elemento que perpassou todas as falas foi a importância da igreja da localidade, pois ela é elemento identitário e agregador dos moradores da região mesmo para aqueles que não nasceram propriamente na área que pertence ao município de Arroio do Sal.

Naquele tempo não tinha isso tudo, só tinha a nossa igreja. Aqui era só nós. Não tinha nas praias. [...] Minha mãe sempre dizia que a primeira criança que se batizou ali foi o meu irmão. Agora se tivesse vivo estava com 81. [...] a igreja até tinha aquelas duas peças ali nos fundos, dum lado era um quarto tudo arrumadinho porque eles [os padres] vinham pousavam. [...] naquele tempo não se sacramentava de estomago cheio, a missa era de manhã, e a gente se sacramentava de jejum. (Depoimento de Lídia Otília Madeiros de Freitas)

A senhora Lídia reafirma a distância do núcleo de moradores para com outras comunidades e a importância da edificação da igreja para a comunidade. Sentimento implícito no orgulho de sua mãe, de ser a mãe do primeiro batizado e da edificação oportunizar a presença do padre que permitia à comunidade reafirmar sua fé cumprindo com dogmas de forma correta. Como muitos dos ritos açorianos estão entrelaçados aos ritos da fé católica, foi nessa igreja que foi perceptível ver uma releitura da tradição da Festa do Divino e de sua bandeira, uma reafirmação da identidade segundo a ideia de Slodkowski:

Mas sempre será necessário um trabalho de afirmação desta identidade hegemônica, que, cedo ou tarde, poderá ser contestada, ou sofrer alterações pela mutação da própria comunidade que é seu suporte, pois novas experiências passam a conviver “com antigas estruturas sociais, políticas e culturais”. (SLODKOWSKI, 2013, p. 105 apud Weber, 2018, p.194)

Como explicado anteriormente, a última entrevista foi realizada em um dia de festa religiosa na localidade. A comissão de organização da festa comemorava a confecção do estandarte para a festa em louvor a Santa Terezinha. Nos registros abaixo consta o momento em que a filha da depoente Maria da Glória, que herdou de sua mãe a zeladoria da igreja, e viúva de um dos irmãos do depoente José Vargas, vê o resultado do trabalho da costureira encarregada de confeccionar e pintar a bandeira. A segunda imagem, o uso dado à bandeira. Ela ficou no altar como adorno, ela não é usada de forma peregrina para arrecadação e distribuição de donativos como na tradição do Divino. E ainda, os leilões citados no depoimento de Celestino também permanecem. Os animais são doados pelos festeiros, há poucos ex-votos de massa nos leilões, pois esses foram substituídos por pudins e tortas de famosas doceiras da região.

Assim, é principalmente na continuidade dos fazeres relacionados às festas religiosas da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, na localidade da Estância do Meio, que se mantém tradições açorianas do município de Arroio do Sal.

**Figura 11** – Lori Matos e Ladir Vargas,  
com a bandeira de Santa Terezinha



Fonte: Acervo da autora.

**Figura 12** – Igreja preparada para a missa festiva,  
com bandeira no mastro



Fonte: Acervo da autora.

### **3.2 Identidade a ser reconhecida**

Com a pesquisa documental realizada e os depoimentos colhidos entre os moradores do município foi possível perceber que é necessário que seja feita uma revisão no histórico oficial da

constituição do município de Arroio do Sal, para que seja mais abrangente, e não somente referente ao balneário sede. O histórico oficial hoje divulgado pelo município não permite a valorização da cultura dos moradores das comunidades mais antigas, e descaracteriza as relações sociais dos grupos populacionais que compõem o município.

Existem alguns movimentos por parte da administração municipal para valorizar a região e sua cultura, como o registro do pórtico e o monumento ao pescador. Mas é necessário analisar as ações de caráter de afirmação da identidade local, pois a

[...] importância dos grupos étnicos estendeu-se para além das minorias a ‘todos os grupos de uma sociedade caracterizados por um sentido distinto de diferença devido à cultura e descendência’ [...] ‘etnicidade’ se torna numa ferramenta fundamental para a análise das sociedades na sua totalidade. (FENTON, 2005. p. 119)

Ao analisar os depoimentos dos moradores ficou claro que no município existe uma cultura local fundamentada dentro das tradições da etnia açoriana, mas ela está diluída e não concentrada em uma única região, muito pouco dela é vivida no balneário sede. Nos depoimentos é perceptível que uma fronteira étnica constitui-se entre os antigos e novos moradores, pois, por mais que exista uma boa convivência entre os dois grupos, há momentos que o *nós/eles* é reforçado.

[...] o ponto crítico na definição do grupo étnico é a ‘manutenção da fronteira’ entre um grupo e outro. A cultura de um grupo pode mudar ou, nas próprias palavras de Barth, ‘transformar-se’ (p.14) e o elemento cultural que distingue ‘A’ de ‘B’ pode ser alterado. Contudo, ‘A’ e ‘B’ persistem. (FENTON, 2005. p. 132)

Dois dos depoentes, moradores do balneário da Rondinha, e o senhor Manoel, ao falar de cantar Terno de Reis na vizinhança, afirmou “já tem uns caxienses também [...] Areias Brancas e Arroio do Sal já não têm mais quase lugar pra eles então...”, demonstrando a existência de uma diferenciação entre os mais antigos moradores da localidade e os novos proprietários, e que para os irmãos, apesar de não terem nascido na região de Arroio do Sal, sentem-se pertencentes àquele meio, pois eles estão dentro do contexto que possuem parentesco distante com a comunidade da Estância do Meio e cresceram às margens da Lagoa Itapeva. O depoimento da senhora Benta ajuda a compreender o porquê desse sentimento de pertencimento dos que não são da Estância do Meio:

Pois foi depois que começo as praias [...] a Rondinha eu sei bem como foi [...], o Arroio do Sal foi logo em seguida. [...] o que começo primeiro foi a Rondinha. O dono da Rondinha era **o povo que tinha**. Porque a rodinha era das rondas, dos gados antigo. [...] Pois fazia as medidas curtas pra não paga imposto de areia. As medidas eram curta porque pegam na lagoa aqui do, da lagoa Itapeva até mais fora. Ali agora a estrada corto. E aí eles botavam assim... se aqui tem um quilometro, aí eles botavam que aquele lá fora não era deles por causa que tinha que... [pagar o imposto] [...] todo o gado era solto no campo, marcava tudo e assinalava. (Depoimento de Benta Medeiros de Mattos, grifo meu)

A senhora Benta tem na sua lembrança a localização dos primeiros moradores próximos à praia. Eles estariam na região do Balneário Rondinha e não na sede de Arroio do Sal. Esses primeiros moradores estariam ali para cuidar do gado de diferentes proprietários que ficava solto e misturado

na faixa de terras próxima da areia. E que essa faixa de terra não tinha proprietário porque os moradores da Estância do Meio não faziam questão de registrar sua posse para não terem que pagar impostos sobre a propriedade da terra que concentrava muita areia e pouco campo.

Assim, existia um sentimento de comunidade entre o povo da região do entorno da lagoa, entre aqueles da Estância do Meio e os do 'sítio', pois pela marcação do gado que compartilhava as mesmas pastagens, todos mantinham relação de vizinhança, o que, por muitas vezes, acabava por transformar-se em laços familiares por casamento. Willians (1989, p.142) ao analisar como era a vida em aldeias antes dos cercamentos afirma que se criou na comunidade uma imagem de grande impacto emocional, imagem de que homens independentes e honrados que viviam em uma democracia rural foram fria e legalmente expulsos por uma nova ordem econômica. Além disso, existe o que Lacerda (2002, p.173-174) chama de circulação cultural: a formação de redes culturais capazes de gerir os "eus" que transitam em nós.

Outro exemplo desses "eus" seria a execução das tradições religiosas. Elas eram um elemento forte na agregação da população de toda a região e, segundo os dados do IBGE, dos 7.740 moradores 5.520 declaram-se católicos, o que seria um fator a unir os novos e os antigos moradores. Mas a senhora Benta Medeiros ao contar sobre como surgiu um cemitério, que já não existe, pois foi destruído na construção da Estrada do Mar, expõe claramente o sentimento de diferenciação que sentiu necessidade de expressar para defender seu grupo social:

Depois tinha aquele Gringa ali, depois lavraram estragaram. Tinha muito anjinho ali. [...] Esse homem ninguém sabia quem era. [...] diz que olharam já tinha uns urubus. [...] era um andarilho...[...] chamavam de Gringa por causa disso. Até esses tempos...[...] [falaram:] ah, porque os italianos vieram ajudar, porque o povo daqui era vagabundo, não trabalhava, por isso que eles vieram.... Aí depois... [eles perguntam] quem era aquele que eles chamam de Gringa? Pois eu digo: mendigo! Eles ficaram... Pois, [eu digo que] tudo que era mendigo era gringo! Aí tá, não me perguntaram mais... (Depoimento de Benta Vargas de Medeiros)

A senhora Benta Medeiros ao recontar a conversa que teve com amigos, novos moradores de Arroio do Sal, inatamente usou do discurso étnico para defender o valor da sua comunidade, da sua cultura. Os novos moradores queriam saber por que existiu o "*Cemitério do Gringa*" e ela explicou que ele foi um forasteiro que já encontraram morto e cercado de urubus, por isso fizeram uma cova no próprio local e marcaram a sepultura. Posteriormente, foram sepultadas crianças no seu entorno, anjinhos. Na sequência dessa conversa os novos amigos enalteceram sua etnia para explicar porque ali estavam, provavelmente não perceberam que a senhora Benta não fazia parte do grupo dos enaltecidos, e ela sentiu a necessidade de defender a sua história, a história de sua comunidade

redemarcando a fronteira do *nós/eles*. Assim, por mais que entre os moradores não exista uma nomenclatura, existe um sentimento de pertencimento identitário pois, nos valendo de Moccelin:

(...) delimitar quem pertence e quem não pertence ao grupo é presentificar uma identidade com elementos selecionados e estereotipados de um passado comum. O protagonismo dos intelectuais étnicos também se manifesta na produção de novos imaginários para velhos personagens: se, no passado, “descendente de italiano” remetia à pessoa com menos instrução formal, hoje significa o “empreendedor” (MOCCELIN, 2008, p.28 apud WEBER, 2014, p.723).

No caso da fala da senhora Benta Medeiros, os italianos não foram vistos como empreendedores ou como de menos instrução formal, mas como desconhecidos da região que necessitaram receber sua caridade para ficar ali. Seria segundo Fenton (2005, p.141), o sentimento de identidade étnica que só é evocado em algumas situações, seria uma *etnicidade provisional* que depende de circunstâncias sociais externas ao indivíduo. Pois, ao assumir uma defesa às pessoas naturais do local, a senhora Benta Medeiros assumiu uma identidade étnica ‘amparada na referência a uma memória em suas várias manifestações, na história da trajetória de um povo/grupo, nas práticas e nos símbolos adotados como marcas, na existência de antepassados, nos eventos rememorativos, nos escritos a serem lidos e divulgados (WEBER, 2018, p.205).

No remontar dos fatos que originaram os diferentes núcleos de povoação de Torres ficou evidente uma diferenciação em relação aos imigrantes alemães, no momento da chegada destes alemães à cultura local, eles que possuíam a cultura “dos outros”, mas na escrita de José Selau foram os descendentes dos açorianos, “os outros”, que levaram o Terno de Reis à Colônia.

Para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para manter uma distância cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. (CUCHE. 2002, p.182)

Os moradores mais antigos da região não sentiam antes a necessidade de delimitar um espaço étnico, em processo inconsciente, eles percebem que não mais reproduzem o que lhes era inato culturalmente, e que existe uma cultura diferente da sua que vem assumindo um protagonismo cultural na região desde que aumentou o número de moradores pós-emancipação. Nas palavras de Cuche (2002, p.183), deve-se considerar que a identidade se constrói e reconstrói-se constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica põe-se àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir.

Dessa forma, apesar dos moradores não se reconhecerem como descendentes de açorianos, não significa que não possam ser empoderados por esse conhecimento, por essa nomenclatura, para a preservação de sua identidade e de sua cultura. Pois, apesar de ritos não serem praticados

cotidianamente, ou exatamente iguais como nas gerações anteriores, eles ainda existem na comunidade, uma vez que os detentores do conhecimento sobre esses ritos, por exemplo os depoentes, podem voltar a realizar a qualquer momento um desafio de verso/rima ou a coberta d'alma, a tradição está adormecida e não esquecida. Assim, a identidade étnica açoriana existe e persiste, mesmo que hoje esteja na minoria e não na maioria da população do município de Arroio do Sal.

O surgimento de um líder étnico que faça o grupo reconhecer-se é necessário, pois segundo Nora:

[...] a comunhão social nem sempre prospera espontaneamente, sendo necessário um grupo aglutinador, líderes reconhecidos e ações mobilizadoras para que o grupo social vivencie práticas coletivas ancoradas em imagens sugestivas. “Menos a memória é vivida coletivamente, mas ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória. É como uma voz interior que dissesse aos Corsos: ‘Você deve ser Corso’, e aos Bretões: ‘É preciso ser Bretão!’”(NORA, 1993, p. 18).

Durante os depoimentos foi perceptível que já existiu um líder étnico, ao menos sobre os ritos fúnebres, o “tio Déca”, e com seu falecimento abriu-se uma lacuna para a manutenção do rito da coberta d'alma e excelências. Entretanto, ao não se reconhecer como o líder que era, “tio Déca” não preparou a comunidade para seguir com as tradições na sua ausência. Outro possível líder étnico dentro do grupo da Estância do Meio seria José Vargas. Ao falar sobre a continuidade do Terno de Reis, ele afirmou: “eles falam muito em escrevê, mas não tem muito que escrever...”, demonstrando que existe um apelo para que ele passe seu conhecimento sobre os versos do Terno de Reis, mas para ele essa solicitação não faz muito sentido.

Assim, o surgimento dentro da própria comunidade dos antigos moradores, em especial da Estância do Meio, de um líder étnico que soubesse a importância de seu papel na manutenção cultural da comunidade, que levasse esse grupo social autorreconhecer-se como portadores de antigas tradições açorianas, podendo denominar-se com portadora de uma identidade cultural relevante, seria de vital importância para a preservação da cultura imaterial ali existente. Uma vez que, pelas próprias características do grupo de colonizadores de Arroio do Sal e, pelo lento desenvolvimento econômico que ocorreu entre os séculos XVIII e XX na região, não permaneceram construções edificadas para que hoje se tornassem patrimônios históricos materiais dessa cultura. E ausência de símbolos contribui para o esquecimento, Gjerde (2006) explica que

[...] líderes, são essenciais na criação de símbolos e crenças que engendram uma noção de passado comum. Se os grupos étnicos se inventam no processo de migração e assentamento, os líderes étnicos são fundamentais na definição do grupo; eles convertem os imigrantes em sujeitos étnicos e, ao fazê-lo, promovem o processo de “etnicização”. Ao criar-se simbolicamente o grupo, a liderança étnica simultaneamente serve à sua comunidade como intermediário entre os imigrantes e as estruturas maiores, incluindo a oportunidade

econômica e o poder e os direitos políticos (GJERDE, 2006, p. 63, tradução desta autora apud WEBER, 2014, p. 709).

Dessa forma, o estabelecimento de líderes étnicos permitiria que a própria comunidade da Estância do Meio ganhasse voz para seus anseios dentro do novo cenário político do município. Pois, se antes Arroio do Sal figurava apenas como mais uma praia do litoral norte do RS, hoje ela detém o título de município que mais cresce em população na região. E essa rápida chegada de novos moradores traz consigo novos desafios na gestão pública que impactará em todos os moradores independente de qual etnia pertença ou tempo que ali resida. Um líder étnico contribuiria para a comunidade local não entrar em processo de enfraquecimento cultural ou político, podendo abrir a possibilidade de se ter uma nova fonte econômica, através do turismo cultural sobre algo que lhes é inato, e assim se preservaria tradições seculares da comunidade.

O momento atual também seria oportuno para surgir esse movimento identitário de valorização desde patrimônio imaterial, pois a cada membro da geração mais antiga que falece mais detalhes dos ritos são esquecidos, ao ponto que

Cremos, por fim, que uma vez convertidas em outras de si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm retorno: não há retroceder, a forma anterior foi mortalmente ferida; o máximo que se pode esperar é a emergência de um simulacro inautêntico de memória, onde a etnicidade e a má consciência dividem o espaço da cultura perdida. (LACERDA, 2002, p.175)

As tradições naturalmente passam por processos de modificação, como a dos festejos religiosos com a confecção da bandeira na comunidade da Estância do Meio, mas a essência da tradição permanece na sua não descontinuidade. É fato que os depoentes por muitas vezes não souberam de detalhes de alguns ritos para poderem realizá-los por completo, mas eles os viveram e ainda os têm na memória e podem recorrer a ela, se assim desejarem. Não seria uma descontinuidade. Entretanto, se houver uma ruptura e elementos externos ao grupo social tentarem ensinar aos descendentes as tradições açorianas, o que irá ocorrer é o ensino de algo que não lhe é autêntico, que não constitui uma identidade.



## 4 CONCLUSÃO

Ao concluir esta pesquisa é possível afirmar que na composição dos primeiros grupos de moradores do município de Arroio do Sal, a comunidade de luso-açorianos esteve presente. Pelo registro documental não foi possível estabelecer quantos povoadores eram propriamente migrantes dos Açores, ou seus descendentes de primeira ou segunda geração, mas pelas tradições culturais que perduram até a atualidade e que foram reafirmadas nos depoimentos. Percebe-se também que a comunidade açoriana da região era expressiva, que se estendia numa circulação cultural com os demais moradores do entorno da Lagoa da Itapeva e que não se autodenominavam como pertencente a uma etnia específica.

Apesar de não se automearem como de etnia açoriana, uma identidade de diferenciação passou a ser sentida entre os moradores mais antigos com o aumento da população após o processo de emancipação. O processo de emancipação ocorreu junto a outros fatores, como o melhoramento das rodovias de ligação entre a região da serra e o litoral, intensificando a presença dos serranos, com a sua cultura de valorização da etnia italiana, no município. A identificação de não pertencer à etnia italiana ou alemã criou a fronteira étnica do *nós/eles*. Os moradores antigos sabem que não fazem parte dessas etnias, que a sua cultura é diferente, mas não a identificam como “açoriana”. O grupo não se autodenominou etnicamente como açorianos.

O processo de pesquisa foi relevante para registrar as tradições que foram citadas como comuns na região, mas na atualidade não são práticas corriqueiras. O processo de registro também colocou a igreja da localidade da Estância do Meio, como um espaço especial para o grupo, que ali se reúne em festejos e perpetua as tradições.

Para finalizar, foi possível perceber que existe por parte da administração municipal ações de valorização da histórica local, mas que as balizas temporais e geográficas utilizadas sobre a história do município necessitam ser revistas, pois não estão reconhecendo devidamente a cultura dos moradores que já existiam no município desde o século XVIII. Da mesma forma falta, por parte do grupo social composto pelos descendentes desses primeiros moradores, que surja um líder étnico para representá-los encontrando meios de a própria comunidade reconhecer-se como detentora de tradições que compõem uma identidade própria ligada à etnia açoriana: um patrimônio imaterial que ainda possui elementos suficientes a serem preservados como identidade cultural e não como um simulacro inautêntico.

## REFERÊNCIAS

- AGRIFOGLIO, Rose Marie Reis (org.). *Contribuições Luso-Açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Porto Alegre: Contexto, 2005.
- ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano: Genealogia do século XVIII – RS*. Porto Alegre: EST, 2005.
- ALVES, Luiz Antônio. Gaúcho açoriano. IN: ROCHA, Santa Inêze da; PRYM, Roberto Schimitt; SOARES, Carlos (orgs.). *Açorianos no Rio grande do Sul - Brasil-III*. Porto Alegre: Caravela, 2011. P.17-20.
- BARCELLOS, Daisy Macedo de et al. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul. In: NEUBERGER, Lotário (org.). *RS no contexto Brasil*. Porto Alegre: CIPEL, EDIPLAT, 2000. p. 125-134.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel; ELY, Nilza Huyer (orgs.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan (orgs.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. *Raízes de São Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.
- CARDOSO, Eduardo Mattos. O processo de transformação sociocultural do Litoral Norte: 1910-1960. In: ELY, Nilza Hunyer (org.). *Arroio do Sal: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2007.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- CORTES, João Carlos Paixão. *Folias do Divino*. Porto Alegre: PROLETRA, 1983.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. Cap. 6, Cultura e identidade, p. 175-202.
- DONNER, Sandra Cristina. História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012). Orientadora: Rodrigues, Mara Cristina de Matos. 2015. 220f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142486/000993756.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 15 dezembro de 2019.

- ELY, Nilza Huyer (org.). *Arroio do Sal: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2007.
- ELY, Nilza Huyer (org.). *Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999.
- ELY, Nilza Huyer *Vale do Três Forquilhas: veredas, vidas e costumes*. Porto Alegre: EST, 1999.
- ESPINDOLA, Luis André; FLORENTINO; Renata Feldens, BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 2004.
- FARIAS, Marcia Regina Castro. *Arroio do Sal: Crônica de uma Cidade*. Porto Alegre: EST, 2009.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade. In: *I Jornadas Emigração/Comunidades – 2002, Lisboa*. Angra do Heroísmo, Portugal: Tipografia Moderna, 2002. V.1. p.167-171.
- FENTON, Steve. *Etnicidade*. Instituto Piaget, 2005
- GROSS, Iara Rejane. *Aplicação do decálogo e gestão costeira integrada do município de Arroio do Sal, Rio Grande do Sul*. Orientador: Gruber, Nelson Luiz Sambaqui. 2017. 102f Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós - Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/128684380-Universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-instituto-de-geociencias-programa-de-pos-graduacao-em-geografia.html>. Acessado em: 15 janeiro de 2020.
- HAMEISTER, Martha. Notas sobre a construção de uma ‘identidade açoriana’ na colonização do Sul do Brasil no século XVIII. *Anos Noventa*. v.20/21. Jan-dez.2005. p.53-101.
- HEEMANN, Kátia. *Os novos Municípios do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal*. Porto Alegre: CORAG, 1988.
- LACERDA, Eugenio Pascele. Notas para uma antropologia da diáspora açoriana. In: *I Jornadas Emigração/Comunidades – 2002, Lisboa*. Angra do Heroísmo, Portugal: Tipografia Moderna, 2002. V.1. p.173-179.
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: *Negros o Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1996.
- MAPA de Estatístico de Propriedades do RS – 1846 Brasil. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- MARQUES, Lilian Argentina B. *O pescador artesanal do sul*. Rio de Janeiro: Instituto nacional do Folclore, 1980.
- MARQUES, Lilian Argentina B. Ritos comuns ao Rio Grande do Sul e Açores. In: AGRIFOGLIO, Rose Marie Reis (org.). *Contribuições Luso-Açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.

MAZZUCCHI, Maria Letícia; Michelon, Francisca Ferreira (org.). *Memória, patrimônio e tradição*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Cristina M. de; PEREIRA, Estevão T.; Silva; Gabriel Fernandes Machado da; PACHECO, Jéssica Spitznagel. *Terno de Reis em (Dis)curso: Vozes da Tradução*. Osório: 2018.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Thomas Burton. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

PENNA, Rejane Silva. *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. *A invenção da sociedade gaúcha*. Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 14, n. 2. p. 383-396.

PINTO, Celi Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos. *Ciências Humanas: Pesquisa e Método*. Porto Alegre: Editora Universitária, UFRGS, 2008.

PIRES, António Machado. Açorianidade. In: *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566>

PUFAL, Diego de Leão. *O processo de emancipação de Arroio do Sal/RS*. 2019. mimeo.

QUADROS, Terezinha Conceição de Borba. *Torres política: entre os Rochedos e o Mar nasceu tua história*. Torres: Gráfica, 2016.

*RESES – Cânticos do Ciclo Natalino Rio-Grandense*. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1980.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Santa Inèze da (org.). *Açorianos no Rio grande do Sul - Brasil*. Porto Alegre: Caravela, 2005.

ROCHE, Jean. *L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1961.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Os fortes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1999.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres: sua história, sua gente*. Torres: Jornal Gazeta, 2005.

RUSCHEL, Ruy Ruben.; RUSCHEL, Dalila Picoral. *São Domingo das Torres*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem Ao Rio Grande do Sul (1820 • 1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/250>. Acessado em: 02 out 2019.

SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco da sua história*. Torres: Jornal Gazeta, 2005.

SILVA, Mariana Raymundo da. *A coberta d'alma no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: tradição açoriana*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

SILVA, Mariana Raymundo da. *Navegação Lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SILVA Kalina Vanderlei, SILVA Maciel Henrique. Tradição. In: *Dicionário de Conceitos Históricos*. Ed. Contexto – São Paulo; 2006. Disponível em: [http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito\\_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf](http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf). Acessada em 28 de julho de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SOBRINHO, Justiniano Antônio da Silva. Primórdios de Arroio do Sal. IN: BARROSO, Vera Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan (org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

TORRES, Alessandro Medeiros. *Atos e relatos: Uma história de Arroio do Sal: a relação entre o imagético, a memória e os documentos*. Porto Alegre: CORAG, 2011.

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. In: *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 703-733, mai.-ago./2014.

WEBER, Regina. Memórias locais e coletivas e a construção de identidades. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). *Memória coletiva, memória individual e história cultural*. São Paulo: Edições Verona, 2018. P. 189-211

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Instituto Cultural Português, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989 [1973]

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2015.

VARGAS, Bida. Pasquim: 1937 - 1996.

#### Documentos Orais

Arlindo Cardoso de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/ RS, em 26 de setembro de 2019.

Arthur Martins de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Balneário Rondinha - Arroio do Sal/ RS, em 23 de setembro de 2019.

Benta Medeiros de Mattos. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/ RS, em 24 de setembro de 2019.

Celestino Faustino Pereira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Arroio do Sal/ RS, em 24 de setembro de 2019.

José Cardoso de Vargas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/ RS, em 26 de setembro de 2019.

Lídia Otília Medeiros de Freitas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/ RS, em 19 outubro de 2019.

Maria da Glória Mota Vargas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Areias Brancas - Arroio do Sal/ RS, em 25 setembro de 2019.

Manoel Martins de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Balneário Rondinha - Arroio do Sal/ RS, em 27 de setembro de 2019.

#### Arquivos e Acervos virtuais

##### Biblioteca Pública Municipal de Arroio do Sal

AÇORIANOS NO RS. In: WEBER, Regina. Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil: Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/rio-grande-do-sul/acorianos/>

FERREIRA, Ana Beatriz Barbosa. As Lavadeiras: o Viver das Águas - Revelando os Brasis - Ano V. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sXko-2cYLzo>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/arroio-do-sal>

ZAIB AGÊNCIA DIGITAL. Caminho do vale das águas. Disponível em: <http://www.caminhodosvalesedasaguas.com.br/>